

# ADverso

ADVERSO 216 1. Setembro - Outubro - 2015

ISSN 1980315-X



Porto Alegre

Adufrgs-Sindical

## Em crescimento

A ampliação da base territorial é a realização de mais um compromisso assumido com a categoria. Mas não só isso. É, também, um caminho para fortalecer e legitimar ainda mais o Sindicato como representante dos docentes. Para a Adufrgs-Sindical, a medida da importância de cada reivindicação é exatamente aquela atribuída pelos docentes, seja na luta cotidiana por melhores condições de trabalho seja nos grandes debates nacionais em que se decide o futuro da categoria.





Sindicato dos Professores das  
Instituições Federais de Ensino Superior-POA  
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luíza Ambros von Holleben**  
1ª Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**  
2ª Vice-Presidente - **Marilda da Cruz Fernandes**  
1ª Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**  
2ª Secretário - **Paulo Machado Mors**  
3ª Secretário - **Luciano Casagrande**  
1º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**  
2º Tesoureiro - **Edson Lindner**  
3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS  
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188  
secretaria@adufgrs.org.br  
[www.adufgrs.org.br](http://www.adufgrs.org.br)



Tiragem: 3.800 exemplares  
Impresso na Ideograf

Conselho Político

**Gloria Ferreira** - Fabico/UFRGS

**Lúcio Vieira** - IFRS Campus Poa

**Paulo Machado Mors** - Instituto de Física/ UFRGS

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Adriana Lampert,  
Araldo Neto e Maricélia Pinheiro

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Produção:



**VERDEPERTO**  
(51) 3228 8369

## Índice



### Entrevista

**Maria Helena Nader**  
Presidente da SBPC alerta  
para o retrocesso que os  
cortes nas verbas para a  
educação podem gerar  
para a pesquisa no país.

04

### Especial - Avaliação Institucional

Desafio é criar uma cultura da avaliação

08

### Eleições no IFRS

Novo reitor do IFRS, Osvaldo Casares  
Pinto, promete buscar recursos  
extraordinários para consolidar crescimento

22



### Extensão da Base

**Ampliar para fortalecer**

Ampliação da base territorial  
da Adufrgs será votada pelos  
professores sindicalizados.

30

### Aconteceu

**Encontro dos Aposentados**

Professores aposentados confraternizam  
e se despedem da sede da Adufrgs

34

### Vida no Campus

**Editais Proext 2016**

Oito atividades de extensão levam  
nota máxima em edital do MEC

38

### Especial

**Desbravando a Gastronomia Gaúcha**

Professores da Ufcsa identificam  
hábitos alimentares dos gaúchos.

45

### Artigo

**Assédio Moral na Universidade:**  
cidadãos contra cidadãos

**Sílvia Generali da Costa**

51

### Artigo

**Transição da diferença em educação:**  
currículo e didática da tradução

**Sandra Mara Corazza**

56

# O dia do Professor e o ano de luta que ainda não acabou

Este ano os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) não puderam comemorar, no Dia do Professor, qualquer acordo com reajustes salariais ou avanços na sua carreira. A crise econômica, política e moral que assola o País frustrou nossas expectativas e vem travando importantes projetos na área da educação, saúde e de inclusão social. Ainda não foi possível firmar o acordo com o governo.

No ano de 2014, pouco, ou nada, aconteceu. Foi um ano transferido. Transferido para 2015 e, pelo que tudo indica, será um novo ano congelado, apesar de nossos esforços em levar para a frente temas importantes para o desenvolvimento do Brasil, principalmente na área da educação.

Os servidores públicos federais, mais uma vez, pagam a conta. Com greves e manifestações, conseguimos reduzir de quatro para dois anos o período de congelamento das negociações, inicialmente pretendido pelo governo. Obtivemos o percentual de reajuste de 5,5%, em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017. E um ajuste dos benefícios de saúde, alimentação, transporte e creche – há muito tempo defasados.

Para nós, a luta continua! Muito esforço e muita persistência do Proífes-Federação, que, com nosso apoio, continua negociando com o governo, na expectativa de promovermos as adequações na carreira do MS e do EBTT ainda dentro deste governo.

Nosso trabalho, no plano nacional, tem se destacado na área da educação nacional, atuando no Plano Nacional de Educação, na defesa da educação pública; na área de pesquisa, apoiando a Fapergs; na área sindical,

através de eventos como o seminário sobre o assédio moral no serviço público, realizado em outubro; nas discussões sobre a universidade que queremos construir, promovendo o Ciclo Universidade do Futuro, em parceria com o Instituto Latino Americano de Estudos Avançados (IEA), além da construção da nova sede do Sindicato, que deverá, em breve, ser inaugurada, e outras tantas frentes de trabalho.

Esta luta e este trabalho têm consolidado a importância do papel político da Adufrgs-Sindical. O reconhecimento do respeito que temos aos filiados. E é o respeito que temos à decisão da maioria daqueles que representamos que tem aproximado da nossa entidade professores de Instituições de outros municípios do Rio Grande do Sul, em busca da guarida sindical que proporcionamos.

Este apelo amplia o compromisso, que já foi assumido com nossos colegas da Ufrgs, lotados no Campus Litoral Norte, e com os da UFCSPA, no Campus Canoas, assim como professores de diferentes campi dos Institutos Federais que têm se associado à Adufrgs-Sindical, de expansão da nossa base territorial para outros municípios do Rio Grande do Sul. Uma ampliação que irá fortalecer a nossa representatividade frente às novas lutas que virão contra a precarização do ensino público nas Universidades e nos Institutos Federais, cujos professores defendemos.

Aos professores nossas congratulações pela dedicação e pela qualidade do ensino, pesquisa e extensão que realizam nas Universidades e nos Institutos Federais. ■

**ADUFRGS-Sindical, o seu Sindicato**



**Maria Helena Nader,  
presidente da SBPC:**

# “Crise financeira é superável, crise de valores é irreversível”

por Maricélia Pinheiro

Em recente visita a Porto Alegre, onde palestrou para professores, técnico-administrativos e estudantes da UFRGS, Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), alertou para o retrocesso que os cortes nas verbas para a educação podem gerar no desenvolvimento da pesquisa no País.

Professora e pesquisadora na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a biomédica Helena Nader se autodefine uma pessoa franca. Elenca com propriedade o que os governos Lula e Dilma fizeram de bom para a Educação, como a expansão do ensino superior e a criação de mecanismos que permitem o ingresso das classes menos favorecidas, mas não hesita em criticar as decisões com as quais não concorda e que, em sua opinião, colocam em xeque o que já foi feito de positivo.



Com um histórico de vida que inclui engajamento na luta política contra a Ditadura Militar e pela reabertura democrática, ela garante que, apesar de toda a crise econômica e política pela qual passa o País, ainda acredita no Brasil, tem orgulho de ser brasileira e vai continuar lutando pela Universidade Pública. Na opinião da pesquisadora, cada cidadão deve fazer sua parte, além de cobrar que o governo faça a parte dele, é claro. Uma vez por mês, ela visita escolas públicas de São Paulo, para falar de temas que considera relevantes, como para quem serve e como funciona a vacina. “É uma agulha no palheiro, mas se cada professor universitário fizesse isso duas vezes por ano, o impacto seria significativo”, observa.

Antes da palestra que ministrou no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA), no final de setembro, Helena Nader conversou com a equipe da Adverso sobre os impactos de algumas medidas do ajuste fiscal do governo no cotidiano da Universidade Pública.

Nader não acredita que seja levada adiante a ideia de fusão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). “As duas instituições têm funções distintas e são complementares. A Capes é voltada para a formação dos recursos humanos e o CNPq existe para incentivar a produção de ciência. Estão aí há mais de 60 anos e nunca ninguém ousou fundi-los, embora já tenham acontecido muitas conversas de corre-

**"Temos que repensar a universidade, para onde vamos, para quem estamos formando".**

dores sobre esse assunto. Apenas Collor, um presidente deposto, acabou com a Capes através de um decreto, mas teve que voltar atrás, quando percebeu o tamanho da barbárie”, lembrou.

Sobre a extinção do Abono de Permanência, a presidente da SBPC lembrou que, ao longo dos anos, os servidores públicos vêm, paulatinamente, tendo seus direitos subtraídos. “Deixar de pagar o abono ao professor que, no auge de sua maturidade profissional, preencheu os requisitos para se aposentar, mas decidiu continuar na universidade desenvolvendo pesquisa e dando aulas, é uma barbárie. Não é assim que o governo vai fazer economia. Essas pessoas poderiam estar ganhando dinheiro em outro lugar, mas preferiram se dedicar àquilo que ainda acreditam”.

A pesquisadora também criticou as consequências do corte de verbas na educação, que já está inviabilizando vários projetos de pesquisa e podem significar um retrocesso em todo o trabalho de expansão realizado nos últimos

anos. “A construção é lenta, mas a destruição é rápida. Em poucos anos vamos sentir o impacto do que está acontecendo agora. Os projetos mais consolidados ainda se manterão, mas os novos não conseguirão se sustentar”, observou.

Nader comparou os novos projetos a um bebê, que precisa de cuidados especiais e depende de um adulto para ser alimentado: “Ao cortar 75% da verba de custeio da Capes, está se matando a criança. Se não dermos leite para o bebê, ele morre de fome, porque ele ainda não sabe buscar alternativas”. Para ela, cortar na educação é “dar um tiro no pé”.

A professora disse que ficou emocionada quando, em seu discurso de posse, a presidente Dilma adotou o lema Pátria Educadora. “Na hora eu pensei: agora, o Brasil vai! Mas aí vem a crise e cortam logo na educação. Isso eu não aceito! Gostaria de entender os ministérios do Planejamento e da Fazenda, porque lá têm pessoas cultas, que deveriam saber das coisas. Na Europa e nos Estados Unidos, eles aumentaram o investimento na Ciência para sair da crise. Olha o que a China e a Índia estão investindo em pesquisa? O Brasil estava em uma rota decente, mas agora parou”. Segundo ela, será necessária toda uma mobilização da sociedade civil para reverter esse quadro. “Nos Estados Unidos, quando há cortes na educação e na ciência, a população vai pra cima do governo, porque entende que são setores fundamentais para a qualidade de vida”.



### **Financiamento da pesquisa**

Melhorar o financiamento da pesquisa é fundamental para que o sistema continue funcionando. Com essa abordagem, Helena Nader deu início à palestra "Os dilemas das ciências no Brasil do futuro", que aconteceu no final de setembro, no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA), dentro da programação do Ciclo de Debates a Universidade do Futuro 2015, uma parceria do ILEA com a Adufrgs-Sindical.

Segundo ela, o Brasil ainda não conseguiu estabelecer um sistema consistente de financiamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. "Em tempos de crise ou não, há oscilações no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sempre sujeito a contingenciamentos e cortes", observou.

A pesquisadora alertou para a drástica queda das verbas oriundas do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) em 2014, a partir da aprovação da Nova Lei do Petróleo, que desvinculou o CT-Petro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). "O CT-Petro, que equivalia a cerca de 40% do montante do FNDCT até 2013, passou em 2014 a 4,3%. Essa batalha nós perdemos. Mas isso não quer dizer que jogamos a toalha", disse.

Nader defendeu a criação de novos mecanismos e instrumentos de financiamento, uma vez que as fontes atuais não suportam o crescimento do sistema. Ela cogitou, inclusive, a possibilidade de se buscar recursos na

iniciativa privada, quando indagada sobre quais seriam as possíveis saídas. "No Brasil, o grosso do investimento em pesquisa é público. Temos que mudar essa mentalidade e convencer a iniciativa privada de que investir em ciência é fundamental para dar um salto. Em países desenvolvidos, há muito investimento do setor produtivo na pesquisa".

Outras fontes de financiamento enumeradas pela pesquisadora são o Fundo Social do Petróleo, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), o Fundo Patrimonial, entre outros.

No caso do Fundo Social do Petróleo, existe uma proposta da SBPC de que metade dos recursos seja destinada à Ciência, Tecnologia e Inovação (atualmente 50% vão para educação e saúde) e, segundo Nader, há uma tendência do governo de destinar 25%. Em relação à CFEM, um Projeto de Lei prevê que 12% do que for arrecadado seja destinado à União e, desse montante, 40% vai para o FNDCT. Um projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS) prevê que 10% do Fust sejam destinados à Ciência, Tecnologia e Inovação. "São todos recursos que temos que ir atrás", enfatiza.

### **Descentralização da Pesquisa e Produção Científica**

De acordo com a pesquisadora, nos últimos 15 anos, houve uma descentralização da pesquisa no Brasil, antes altamente concentrada nas

**"Esse tripé  
(Ensino,  
Pesquisa e  
Extensão), que  
dizem ser  
indissociável,  
é fictício.  
Não existe isso.  
Todo mundo  
está fazendo  
tudo e ninguém  
está fazendo  
nada. Essa é a  
minha visão, não  
dá tempo pra  
fazer tudo".**

regiões Sudeste e Sul, sobretudo no estado de São Paulo. Isso se deve, segundo ela, aos programas de interiorização do ensino superior no País, que gerou também a necessidade de implantação de programas de pós-graduação nos lugares mais distantes. "No final da década de 90, o mapa da pesquisa mostrava boa parte do Brasil em branco. Hoje o mapa está todo colorido. E se formos olhar proporcionalmente à população dos estados, veremos que quase não há mais diferenças", disse.

Através de gráficos, Helena Nader mostrou o crescimento na produção de pesquisa nos últimos 30 anos. Os números

conferem que a pesquisa no Brasil não apenas cresceu em quantidade, mas também em impacto. O que precisa melhorar, segundo a pesquisadora, é a participação do Brasil em artigos internacionais, pois quanto mais autores de diferentes países assinam uma publicação, maior é o impacto da revista. No levantamento feito pela SBPC, também ficou claro que há pouca colaboração entre brasileiros e pesquisadores latino-americanos.

A presidente da SBPC chamou ainda atenção para o fato de que, no cenário da pesquisa, é necessário mais protagonismo, principalmente do setor produtivo, que poderia buscar apoio da Universidade. “Na agropecuária, devido à ciência, o Brasil é hoje o primeiro produtor de suco de laranja, açúcar e café, e o segundo em soja. Estamos planejando em lugares onde antes não tinha como fixar nitrogênio. Com o desenvolvimento das pesquisas, o Brasil deixou de aplicar o modelo europeu de agricultura”, ressaltou.

### Modelo ultrapassado

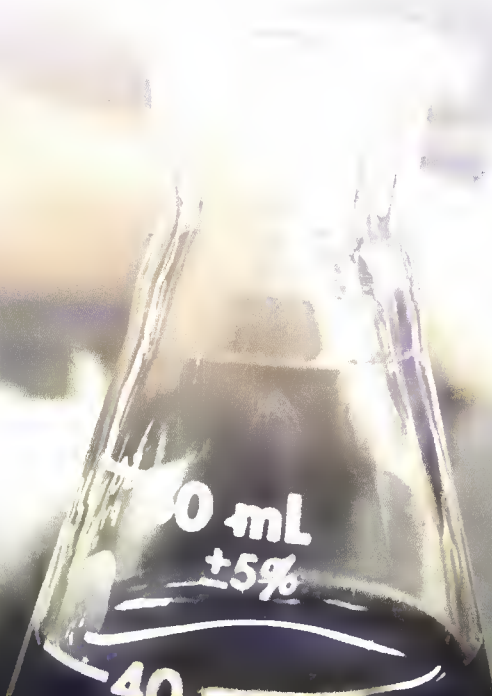
Para a presidente da SBPC, o atual modelo de universidade brasileira está exaurido, com métodos pedagógicos ultrapassados, centrados na autoridade do professor, currículos rígidos e lineares. “A universidade pública brasileira está atravessando uma crise de valores. Crise financeira é superável, crise de valores é irreversível. Temos que repensar a universidade, para onde vamos, para quê estamos formando”, questionou. Ela elogiou as políticas afirmativas, mas alertou para o fato de que não há um planejamento adequado para manter o aluno na universidade, faltam verba e infraestrutura.

### Autonomia

Sobre autonomia universitária, Helena Nader defendeu que não deve haver um modelo único, porque cada universidade está inserida em uma realidade diferente, tendo em vista o tamanho do País. “O papel da Federal do Acre, por exemplo, tem que ser diferente do papel da Ufrgs. Primeiro, pela idade de cada uma

e, segundo, pelo local onde estão inseridas. Temos que valorizar a todas, seja aquela que está cumprindo a função de formar cidadãos para exercerem suas atividades seja aquela que está desenvolvendo a pesquisa. Esse tripé (Ensino, Pesquisa e Extensão), que dizem ser indissociável, é fictício. Não existe isso. Todo mundo está fazendo tudo e ninguém está fazendo nada. Essa é a minha visão, não dá tempo pra fazer tudo”, observou.

Para a pesquisadora, o modelo de autarquia não é adequado, mas deixou claro que esse tema ainda precisa ser muito discutido. Em relação à paridade para escolha dos gestores, Nader se colocou frontalmente contra. “O voto do estudante não pode ter o mesmo peso, porque o estudante é passageiro na universidade”, defendeu. ■



# Desafio é criar uma cultura da avaliação

Trabalhos de aprimoramento de metodologias e revisões dos instrumentos aplicados têm sido uma constante entre as comissões da Ufrgs, Ufcs e IFRS.

por Adriana Lampert

A busca constante pela consolidação de uma cultura de avaliação institucional junto à comunidade acadêmica é apenas um dos desafios das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) das universidades e institutos federais gaúchos. A árdua tarefa de implementar instrumentos que garantam a credibilidade do processo e fiquem um maior número de adesões entre os usuários envolve uma série de ações de aprimoramento de metodologias, revisões quantitativas e qualitativas das perguntas aplicadas junto aos públicos consultados, e até estudo de adequação da legislação à realidade, quando se trata dos institutos federais.





“Não somos universidade e temos especificidades que precisam ser pautadas no processo de avaliação para que possamos consolidar nossa identidade”, justifica a presidente da CPA do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Márcia Amaral Corrêa de Moraes, ao defender que é preciso lutar para que os IFs sejam contemplados de forma mais específica no olhar avaliativo. Ela se refere ao fato de a Lei nº 10.861/2004 – que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) – não dar conta de especificidades que envolvem os institutos federais e do que significa ter qualidade dentro de instituições como estas.

Alguns elementos que o sistema nacional julga como fundamentais na avaliação (como indicadores e critérios, a exemplo da regra que laboratórios não podem ser compartilhados) andam na contramão do trabalho dos IFs. “É fundamental no IFRS que se compartilhe espaços, pelo princípio da verticalização do ensino: os alunos do Ensino Médio devem trabalhar junto com os da graduação e com os de *stricto sensu*. Para isso, é preciso misturar estas pessoas em um laboratório – mas este aspecto não está contemplado dentro dos instrumentos exigidos pelo MEC”, exemplifica Márcia. A coordenadora da CPA destaca ainda que, apesar da lei não obrigar a avaliar o Ensino Médio, o IFRS, que trabalha com a ideia de verticalização do ensino, tem avaliado este item com a mesma proporção dos demais eixos. “Além de cumprir a legislação, buscamos de fato criar uma cultura de avaliação

dentro do Instituto, de forma que as pessoas se percebam como protagonistas neste processo”, completa Márcia.

No IFRS, o processo de criação de instrumentos de avaliação institucional se dá através de um trabalho de cooperação entre servidores técnico-administrativos e docentes, para que os alunos respondam questões relativas às dez dimensões estabelecidas pelo Sinaes – e “outras para além das dez dimensões”, explica Márcia.

A coordenadora da CPA do IFRS, que é professora de Ciências Humanas, Educação e Psicologia, está desenvolvendo uma pesquisa que estuda a criação de um modelo específico de instrumento de avaliação para Institutos Federais. “Estamos ouvindo gestores dos cinco maiores IFs do País, além de presidentes de CPAs, até porque esta é a função da Comissão Própria de Avaliação: poder ser um balizador para que a gestão possa corrigir rumos.”



Márcia Amaral Corrêa (IFRS)

## Questionários mais robustos

Até o final deste ano, a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcspa) deverá responder a um novo instrumento de avaliação da instituição. “Os questionários estão mais robustos”, define o coordenador da CPA da Universidade, Silvio César Cazella. Professor de Ciências da Computação, apesar de ter assumido a frente da comissão recentemente, Cazella tem maior intimidade com a prática de avaliação institucional graças à formação como avaliador pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Segundo ele, o novo instrumento está instituído, mas passa por uma fase de ajustes técnicos no sistema online. “Estamos realizando integrações de sistemas, já que um foi adquirido e o outro foi desenvolvido pela instituição”, explica.

O foco do trabalho da CPA da Ufcspa deste ano foi a avaliação didático-pedagógica, ressaltando a dimensão do ensino. Além das mudanças técnicas, o instrumento que estuda este aspecto sofreu alterações. “As questões foram pensadas de uma forma que alunos e professores tenham aderência na avaliação e não desistam de concluir o questionário”, comenta a pró-reitora de Planejamento da Universidade, Liane Rotta, que participa da disponibilização de recursos e do acompanhamento das metas

da CPA.

A base do instrumento foi totalmente revisada e integrada. Ao contrário do anterior, o questionário de avaliação didático-pedagógica, que será aplicado ainda neste semestre (em cinco dos 15 cursos da que a instituição oferece) apresenta, agora, as disciplinas vinculadas ao professor que as aplicou. “Anteriormente podiam ocorrer algumas inconsistências, quando um docente era avaliado como titular de uma disciplina, sendo que outro ministrou aulas no seu lugar”, admite Cazella. O coordenador pondera que a falha ocorria porque nem sempre era possível ter rapidez de corrigir a troca no sistema. “A equipe é pequena: temos apenas dois técnicos trabalhando nisso.” Mas esta é apenas uma das revisões pelas quais passou o instrumento: os formulários foram revistos tanto em termos de qualidade quanto em quantidade de questões, o que gerou enxugamento das mesmas.

Dentro do sistema online da Ufcspa, os discentes terão acesso aos questionários de autoavaliação do aluno, avaliação de disciplinas pelo aluno, e avaliação do professor pelo aluno, enquanto os docentes responderão à autoavaliação do professor e a avaliação da disciplina pelo professor. A divulgação será realizada via coordenadores de



Silvio Cazella (UFCSPA)

curso e chefes de departamento. “Os chefes informam aos coordenadores de curso, que por sua vez informam os alunos e professores por email. Mas também haverá divulgação na sala de aula pelos próprios docentes”, esboça Cazella.

Conforme o coordenador da CPA da Universidade de Ciências da Saúde, a última participação da comunidade acadêmica no sistema de avaliação, em 2012, não foi muito alta, “apesar de todo o esforço” dos envolvidos na Universidade. Ao todo, responderam aos instrumentos que avaliaram a infraestrutura, além da dimensão didático-pedagógica, apenas 25,85% dos estudantes, 29,15% dos professores e 46,7% dos servidores técnico-administrativos. A expectativa, segundo a pró-reitora, é que este ano a participação aumente.



## Divulgação "corpo a corpo"

Entre as metas da atual Comissão Própria de Avaliação do IFRS, o maior desafio é aumentar a participação dos egressos e da comunidade externa. "Não temos tido muito sucesso em conseguir um número razoável de participantes destes dois públicos", admite o secretário da CPA e professor da área de Informática, Fábio Yoshimitsu Okuyama. Segundo ele, a adesão, tanto do primeiro grupo quanto do segundo, gira em torno de 1%. Além do instrumento online, as tentativas algumas vezes passam pelo questionário em papel, porém sem grande sucesso. "Muita gente acredita que este é um instrumento formal, mas queremos trabalhar no sentido de que entendam que ele existe para que ocorram melhorias no Instituto."

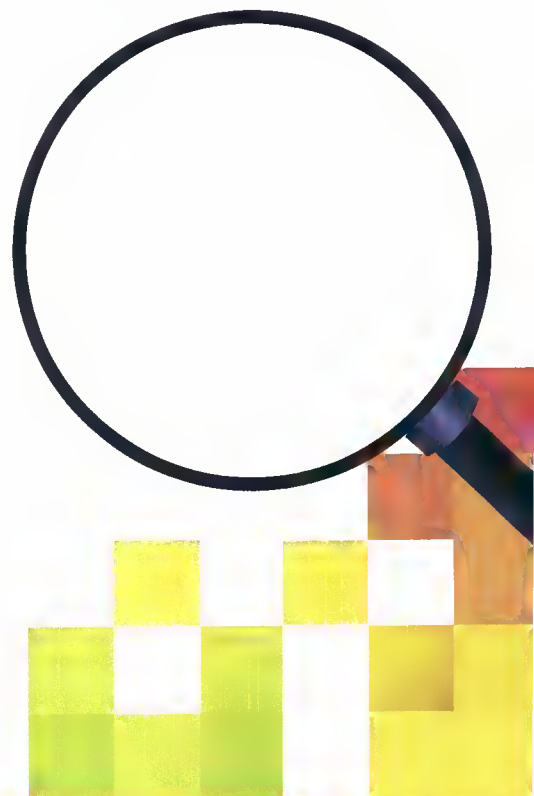
A divulgação do trabalho da CPA e da importância de que a comunidade acadêmica participe da avaliação institucional é intensa, garante a presidente da comissão, Márcia Amaral Corrêa de Moraes. "Trabalhamos nisso 365 dias do ano, no portal da CPA, por email e pelas redes sociais, inclusive com interações e enquetes direcionadas aos alunos, no estilo: 'Você sabia que?', exemplifica a gestora. Antes do período de respostas, há uma campanha de mobilização, e durante o mês de aplicação é realizada uma divulgação "corpo a corpo".

"Os estudantes são os mais indiferentes a este tipo de processo, mas trabalhamos de forma que, com o tempo, eles se apropriem desta necessidade de serem atores de fato da avaliação institucional", comenta Márcia. Dos 13,3 mil discentes do IFRS, apenas 30% têm participado do processo. "O que se percebe é que os alunos respondem mais quando querem reclamar dos professores", constata Okuyama. "Ainda assim, pelo que tenho escutado em encontros nacionais de CPAs dos quais participo, realmente nosso parâmetro é bem positivo em relação ao cenário dos demais", pondera Márcia. Na instituição, a adesão maior é dos professores (80%) e técnicos (mais de 60%), informa.

"Atribuímos esta participação ao trabalho de sensibilização e divulgação, intensificado com a aproximação de quem precisa responder quando chega o período da aplicação", explica ele, apontando que a adesão dos alunos seria menor sem o "corpo a corpo" feito em sala de aula. Realizado por membros das Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA) de cada um dos 12 campi, "o processo envolve 108 pessoas, incluindo titulares e suplentes", calcula a presidente da CPA central.

Este ano, o instrumento online entra no ar entre o final de outubro e início de novembro, e permanece aberto para respostas

durante um mês. Os alunos terão à disposição um laboratório específico para realizar o processo de avaliação. Apesar de não opinarem sobre a instituição como um todo, ainda assim avaliarão o IFRS dentro de critérios que compreendem as dez dimensões do Sinaes, além dos respectivos cursos. Neste caso, realizando uma autoavaliação deles mesmos e a avaliação dos professores, que por sua vez avaliam a si mesmos e aos cursos. No total, o questionário tem 15 perguntas, que incluem temas gerais, como planejamento e aplicação de recursos da instituição. Posteriormente, o relatório com os resultados é divulgado em murais, no site da instituição e nas redes sociais, com as informações atualizadas, sempre que o problema identificado for corrigido.



## Profissionalização das CPAs

Somando duas décadas de avaliação institucional – que iniciou com a criação dos Núcleos de Avaliação de Unidades (NAUs) e foi ampliada a partir do decreto da Lei 10.861 e da introdução da CPA, que atua como órgão pensante do processo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) busca “profissionalizar” sua comissão. Em setembro, a instituição promoveu um simpósio sobre o tema – o Avalies –, com o objetivo de debater o estado da arte da avaliação e traçar diretrizes para a aplicação de metodologias que garantam credibilidade no processo. O evento reuniu docentes e gestores de instituições de ensino superior do Brasil e do exterior, e deve prosseguir nos próximos anos.

“O Avalies trouxe ‘mais gás’ para as CPAs de todo o País”, comemora a vice-presidente e representante regimental da Comissão Própria de Avaliação da Ufrgs, Cláudia Rodrigues. “Tivemos a participação de painelistas renomados, com seus estudos de casos”, comenta a docente, que é professora do curso de Engenharia de Produção na Universidade. Um dos temas que ela destaca é o impacto dos rankings na avaliação. “Se em um ano, por alguma alteração de indicador, muda a posição da universidade em um ranking, o que isso impacta na vida acadêmica?”, questiona.

“Se formos pensar na autoavaliação institucional, há vários critérios que não são considerados”, explica. E pondera: “Se uma universidade for se nivelar pelo que os rankings solicitam, não irá crescer institucionalmente. Acho que algumas palestras do Avalies nos ajudaram a refletir sobre isso. Somos bons em aspectos que entram nos rankings, mas também em outros que estão fora, como a extensão, por exemplo. No entanto, se formos avaliar o papel da extensão na graduação – trabalhada em diversos cursos, por vários docentes – verificamos que não é tão impactante, inclusive institucionalmente. Qual o impacto que a extensão (que é muito importante) tem para o professor na carreira docente, na progressão funcional?”.

Provavelmente, quando a Ufrgs implementar instrumento que avalie a dimensão da extensão, esta pergunta possa ganhar força e gerar resultados distintos da realidade atual. “Por enquanto,



Cláudia Rodrigues (Ufrgs)

o que temos são instrumentos para avaliar o ensino de graduação, o de pós-graduação e a auto-avaliação docente”, enumera a vice-presidente da CPA. Cláudia destaca que nos últimos meses a comissão da Ufrgs tem se debruçado na implementação do instrumento de avaliação dos egressos e o de Ensino à Distância (EAD), ambos previstos para serem aplicados a partir do final deste ano. Dentro da CPA da Ufrgs, ainda não se tem previsão de quando será possível avaliar pesquisa, extensão, infraestrutura, gestão, entre outras demandas da série. “É difícil! Precisamos tocar as prioridades”, reconhece. “Todas as segundas-feiras nos reunimos para elaborar cada um dos instrumentos. Recentemente, entrou na pauta a avaliação do Colégio Aplicação, que precisa ser pensada. E dependendo do instrumento, exige quase um ano de trabalho”, justifica.

A demora do processo de formulação ocorre porque cada pergunta deve ser muito bem estudada pelo grupo, que agrega representantes de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade externa, que tem ponto de vista, muitas vezes, distintos. Cláudia ressalta que o principal desafio desta gestão da CPA é, justamente, desenvolver os instrumentos que estão na sequência. Além dos já citados, as dimensões de gestão e de infraestrutura também estão na fila para 2016.



## Resultados concretos

A avaliação institucional do IFRS acontece desde 2011, um ano depois que iniciaram os cursos superiores. Ainda assim, já é possível listar alguns resultados concretos do sistema: nas primeiras avaliações, sempre era apontada uma fragilidade dos acervos das bibliotecas, tanto em quantidade como em qualidade, e isso tem sido corrigido continuamente. “Vemos que há uma vontade política neste sentido”, observa a presidente da CPA, Márcia Amaral Corrêa. Também a segurança e a estrutura física dos prédios (questão da acessibilidade), passaram por uma evolução “muito grande”, segundo a gestora, que ainda aponta necessidades de melhoria em algumas pró-reitorias. “Na medida em que se percebe que se perdeu adesão, por exemplo, na área de extensão, no ano seguinte já se corrige”, exemplifica.

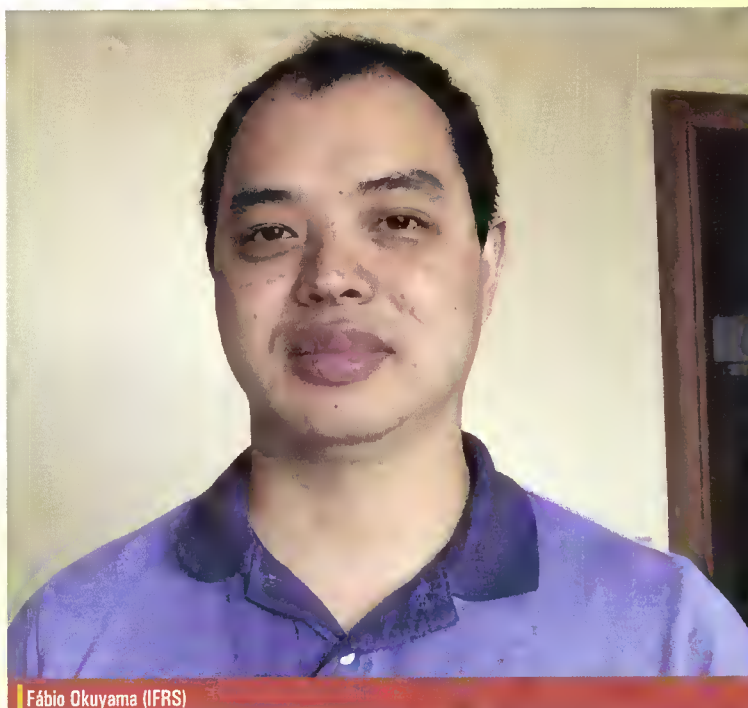
Além da CPA central aplicar a lei dos Sinaes entre a comunidade acadêmica, cada campus faz seu processo específico de autoavaliação. “Temos um olhar para os campi separadamente, e também para toda a Instituição. Observamos o todo olhando para cada uma das partes”, descreve. No instituto, os resultados da avaliação são apresentados para o colégio de dirigentes, que inclui todos os pró-reitores, a reitoria e os diretores de campus. Em março, cumprindo a lei dos Sinaes, o relatório geral de avaliação institucional é enviado para o Ministério da Educação (MEC), onde, além de dados referentes às dez dimensões, seguem as indicações de superação, que também são encaminhadas à gestão do Instituto.

Dentro do IFRS, a gestão avalia os resultados e em seguida se reorganiza. “Estabelecemos um diálogo constante. Tanto que este ano fizemos o credenciamento da Instituição e à CPA foi atribuído (pelo MEC) o conceito máximo (nota 5), pelo trabalho que tem executado. No caso da Instituição, a nota foi 4,4”, destaca a presidente da Comissão. Ela mesmo analisa qualitativamente os dados das respostas. “É um trabalho que exige dedicação o ano inteiro, estamos sempre

olhando outros dados, apresentamos ao colégio de dirigentes, ao reitor, dialogamos... caso contrário, não adianta a CPA trabalhar de um lado e a gestão de outro.”

No âmbito de fragilidades, algo que ainda deve ser resolvido é a ouvidoria do IFRS. Mas em geral, a comunidade acadêmica está satisfeita com a Instituição, segundo as últimas coletas de dados. “Percebemos que o trabalho vem sendo melhor avaliado a cada ano, e isso é muito bonito de ver, porque é através desse trabalho dialógico que acertamos o que precisa ser acertado”, observa Márcia. “Claro que algumas ações ainda precisam entrar no planejamento estratégico da Instituição, mas isso demora um pouco”, pondera o secretário da CPA, Fábio Yoshimitsu Okuyama.

Na Ufcsa, o instrumento de avaliação da infraestrutura tem gerado informações para ação da gestão, monitorada pela Pró-Reitoria de Planejamento junto aos setores envolvidos. “Surgiram várias sugestões de ações, como, por exemplo, melhorias na cafeteria. A partir daí, conversamos com o economista e, entre outras mudanças, adequou-se o menu de lanches, para atender o apontamento feito pela comunidade acadêmica”, descreve a pró-reitora de Plane-



Fábio Okuyama (IFRS)

jamento, Liane Rotta.

“Temos toda uma vontade de equipe para que a avaliação realmente funcione”, afirma o coordenador da CPA da Ufcsa, Silvio Cazella. Um ponto baixo, segundo ele, é que a greve atrapalhou alguns momentos do processo, o que deve ter acontecido também em outras instituições”. De acordo com o coordenador, a meta da comissão para 2016 é ter todos os 15 cursos avaliados na questão pedagógica, além de progredir para avaliar a coordenação (pares avaliando suas chefias) e obter êxito em adesão da comunidade acadêmica.

Cazella não considera que a (ainda) baixa participação dos alunos ocorra por resistência ao instrumento. “Ainda não se tem conhecimento de qual é a repercussão deste tipo de prática (de avaliação). Tudo é uma questão de mudança de cultura.” Na Universidade, além de voluntária, a participação das consultas é anônima. “O sistema não permite identificação de quem avaliou. Não há motivo para receio na hora de responder os questionários”, garante o gestor.

## Transparência e diálogo

Na Ufrgs, segundo a secretária administrativa da Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), Ronise Dias Machado, além dos resultados de cada processo avaliativo, também as atas das reuniões da CPA são publicadas abertamente no site da Universidade, para que a comunidade – interna e externa – possa acompanhar tudo que está sendo discutido e decidido. “Lá estão expostas as discussões das implementações dos instrumentos e todas as decisões que ocorrem, inclusive quando há mudanças nos questionários de avaliação.”

Conforme Ronise, a participação dos 28 Núcleos de Avaliação de Unidades (NAUs) vem se fortalecendo na atual gestão da SAI, que “tem ajudado muito” no trabalho de consolidação da cultura de avaliação dentro das unidades. “Os NAUs são estimulados a terem seus projetos independentes, de forma que não sejam padronizados, mas sim de acordo com as demandas de cada unidade”, comenta Ronise. A ideia é de que também estes núcleos façam suas avaliações, deem diagnósticos e encaminhem os resultados para os gestores tomarem as iniciativas de melhorias necessárias. “É um trabalho de formiguinha, mas tem muita gente mobilizada. E quanto mais se promover, mais as pessoas se conscientizam da importância da avaliação institucional.”

A vice-presidente da CPA da Ufrgs, Cláudia Rodrigues, explica que, atualmente, é a SAI quem salva os resultados (da avaliação geral feita junto à comunidade acadêmica) de cada NAU, que, por sua vez, tabula e apresenta para os gestores da unidade. Por outro lado, os núcleos de avaliação enviam relatórios de autoavaliação para a CPA. “Quanto ao diálogo com administração central, estamos bem afinados, inclusive sempre recebemos perguntas (que vão mudando a cada instrumento) da gestão, para inserir nos questionários ativos (além das 11 questões fixas).” Conforme a vice-presidente da CPA, outra forma de diálogo ocorre com a participação da administração central no processo de elaboração do relatório de autoavaliação institucional, que detalha as dez dimensões do Sinaes, para ser enviado ao MEC em março. Recentemente, a Universidade instituiu a Semana de Avaliação. A primeira ocorreu em julho, quando foram repassados à administração central os resultados dos instrumentos aplicados no último processo avaliativo.



## Sistema com limites

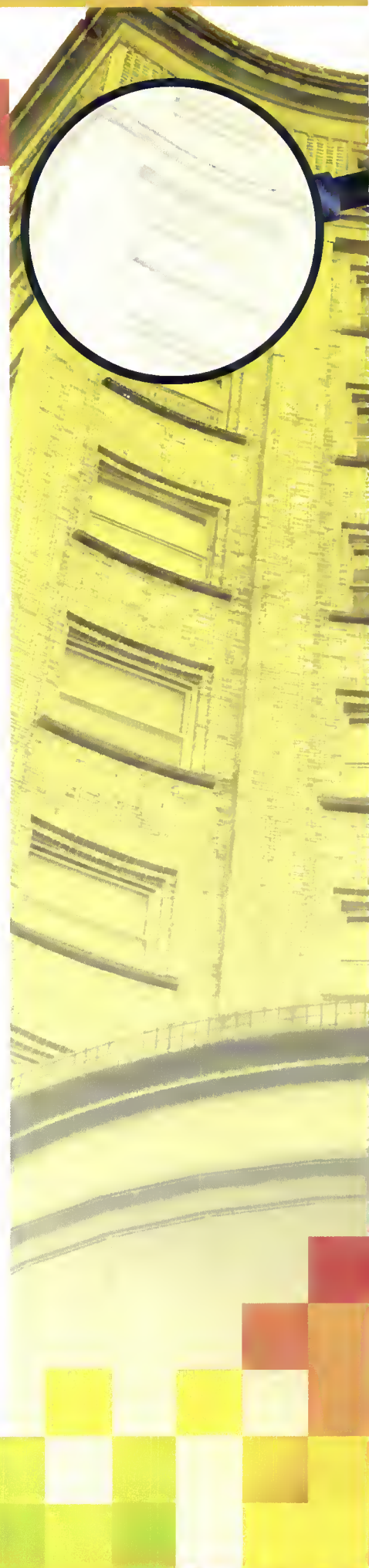
Integrante da CPA da Ufrgs, como representante dos discentes de pós-graduação, o doutorando em Educação Bernardo Sfredo Miorando admite que a maior parte dos alunos deste nível enxerga o sistema de avaliação “com os limites que tem”. O primeiro formulário específico para a pós-graduação foi aplicado o no primeiro semestre de 2015, mas, segundo Miorando, “já dá para ter alguma leitura preliminar da percepção dos estudantes”: a baixa adesão (20%) é um dado que reflete a pouca visibilidade da avaliação entre os alunos, ou pelo menos do processo de autoavaliação da Ufrgs, sugere o discente integrante da CPA.

Miorando avalia que no caso da pós-graduação um dos complicadores pode ser a “visão individualista” dos estudantes, muito por causa das exigências da forma como o trabalho nos programas é configurado pelas agências de fomento e políticas nacionais – deixando de lado a visão de uma responsabilidade coletiva e compromisso social de um processo formativo. “Mas também, com relação ao conhecimento e utilidade da avaliação institucional, a maioria dos estudantes ainda não sabe para que serve – tanto na graduação quanto na pós graduação”, observa o doutorando. A aluna do quarto semestre do curso de Agronomia, Juliane Totta, confirma a teoria de Miorando: “Nunca ouvi falar em avaliação institucional, conheço

somente a avaliação dos professores”, informa a discente, sem saber que fala de um dos instrumentos do processo como um todo.

Ainda que não tenha ideia do sistema ao qual aderiu, Juliane já respondeu três formulários de avaliação dos docentes pelos discentes. A estudante ficou sabendo desta possibilidade ao entrar no site da Ufrgs para fazer uma matrícula. “Surgiu um link e respondi, porque acho importante: alguns professores têm atitudes estranhas ou, às vezes, fazem coisas que a gente não concorda, enquanto outros fazem algo muito bom – então o instrumento também serve para elogiar.”

Além de ter dúvidas, por ouvir dos colegas que a “avaliação dos professores não serve para nada”, Juliane tem suas próprias críticas em relação ao instrumento: “Acho que em alguns momentos não se aplica bem – caso de alguns professores que não aparecem no formulário de avaliação, ou quando se tem aula com um docente que substituiu outro por um semestre, e isso não vai constar ali. Ou seja, ocorre de se ter que avaliar um professor que não deu aula na disciplina vinculada. Neste caso, eu coloco neutro, porque não tenho o que dizer.” Outras reclamações da estudante é que há perguntas muito “burocráticas” e que o espaço aberto para comentários é “muito curto”. “Apesar de tudo, acho importante dar voz aos alunos”, conclui.



## Reações Adversas

A falta de clareza de como as informações serão utilizadas e qual o retorno irão gerar é, justamente, o maior empecilho para adesão de estudantes da pós-graduação ao sistema de avaliação institucional, acredita o integrante da CPA da Ufrgs, Bernardo Sfredo Miorando. “Há uma certa desconfiança nos processos de avaliação no âmbito da pós-graduação, bem como a necessidade de esclarecimentos dos propósitos, do que será feito da avaliação interna, para que entendam que é diferente da externa da Capes, por exemplo, que exerce uma pressão forte de resultados e produtividade.”

O discente acredita que os estudantes precisam “se sentir motivados”, na medida em que percebem que o processo vai ao encontro dos anseios em relação ao sistema educativo que estão sendo chamados para avaliar. “Talvez possa ter ocorrido uma falha no processo de implementação, ou faltado uma conversa no momento de lançamento do instrumento de avaliação, para que fosse explicado como foi produzido, qual é o formato e – dentro de uma certa possibilidade – abrir espaço para se perguntar à comunidade se está de acordo com a realidade ou se existem outros elementos que poderiam ser inseridos.”

Entre os servidores, esta é uma lacuna latente: “O processo de avaliação institucional para ser ‘aceitável’, careceria de democracia que incluísse, no mínimo, a manifestação e contribuição paritária dos técnico-administrativos e estudantes”, defende a geógrafa e responsável pelo Setor de Ambiente da

Prefeitura do Campus do Vale, Márcia Regina Pereira Tavares. “Falta um olhar diferenciado. Por sua vez, a servidora Vera Rosane Rodrigues de Oliveira, que dirige a Divisão de Moradia Estudantil da Ufrgs considera que “a forma hierárquica como está implementada, mesmo tendo retorno de todas as instâncias envolvidas no processo, não pensa a instituição como um todo”. Ela vê fragmentos no sistema. “Cada setor avalia a demanda de sua unidade e não pensa o processo – a Instituição não é só pós-graduação, graduação etc., mas sim um conjunto. Há uma necessidade de que a avaliação seja mais coletiva.” Na opinião de Vera, o processo avaliativo da instituição é falho. “Quem está na ponta sequer percebe os resultados”, critica.

“A CPA tem limites, principalmente falta de pessoas e de tempo para trabalhar, e acredito que existem certas dificuldades na Universidade em vista dos próprios tempos e organização das instâncias”, pondera Miorando. “O que alunos e técnicos dizem, reflete estes limites, mas é preciso ter paciência para colocar os processos em andamento, considerando os tempos de implantação, e, assim, ouvir todos os públicos envolvidos, capturar as opiniões e fazer ajustes para que o processo corresponda aos interesses da comunidade acadêmica. Mas esta é apenas a minha opinião”, finaliza.





## Daltro Nunes

“É preciso traçar diretrizes que garantam a credibilidade na avaliação institucional”

por Adriana Lampert

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul promoveu recentemente (nos dias 17 e 18 de setembro) o primeiro Simpósio Avalies, com foco na avaliação da Educação Superior como uma área de conhecimento científico. O evento – que tratou de temas como Planejamento Institucional, Mobilidade Acadêmica, Educação à Distância, Formação de Docentes e Reserva de Vagas – reuniu mais de 240 representantes (professores, pesquisadores e ges-

tores) de instituições de Ensino Superior do Brasil e do exterior. Segundo o presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Ufrgs, professor Daltro Nunes, que também é secretário de Avaliação Institucional da Universidade, a ideia é que o encontro ganhe novas edições. “Não necessariamente precisa ocorrer na Ufrgs, pode ser realizado em outras Ifes do País”, sugere o professor, que foi o coordenador geral do Avalies.

Nunes considera fundamental fortalecer a cultura de avaliação dentro das Ifes. "Isso se consegue quando toda a comunidade acadêmica de uma universidade se preocupa com a questão da qualidade." Pioneira no Brasil em processos de avaliação interna, a Ufrgs mantém seus Núcleos de Avaliação de Unidades (NAUs), que foram os primeiros responsáveis pelo processo (criados antes da Lei 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes), agora vinculados à CPA. Após anos de atuação neste sentido, a Universidade, agora, quer trabalhar no intercâmbio de informações sobre o estado da arte do conhecimento da avaliação, e focar no que se vem fazendo em pesquisa na área. "É preciso traçar diretrizes para que, uma vez gerado conhecimento sobre este assunto, as universidades apliquem metodologias que garantam

credibilidade na avaliação", explica Nunes.

Em entrevista à revista *Adverso*, o presidente da CPA/Ufrgs lembrou que o Brasil tem 2.020 instituições de Ensino Superior, que contam cada uma com sua própria comissão de avaliação, mas que a maioria destas "está sem rumo, e se pergunta como avaliar". Neste sentido, explica, o Avalies foi pensado para servir como um suporte científico para as avaliações, possibilitando que a comunidade acadêmica aprofunde seu conhecimento no processo avaliativo, obtendo melhores resultados. "E, certamente, a partir da discussão que se iniciou nesta primeira edição – que contou, inclusive, com conferencistas internacionais – aqueles que estão envolvidos no processo devem conseguir melhorar o sistema de avaliação em suas respectivas instituições", considera.

**Adverso - Mesmo após tantos anos de implementação do Sinaes, a avaliação institucional ainda gera incertezas. Em que sentido um Avalies contribui neste processo?**

**Daltro Nunes** - Atualmente o Brasil tem 2.020 instituições de Ensino Superior realizando avaliação institucional, e todas passam pela mesma dificuldade quando se trata dos resultados terem credibilidade dentro e fora da universidade. O que a gente vem observando País afora é um apelo para que estas avaliações tenham um cunho científico, com metodologia, modelo de avaliação, métricas e estatísticas estabelecidas. Atualmente, cada instituição tem sua metodologia de ensino – umas mais avançadas, outras menos, algumas manuais, outras automatizadas –, mas não se pode garantir que tenhamos qualidade nestas avaliações. É preciso traçar uma dire-

triz para que, uma vez gerado conhecimento sobre este assunto, as universidades apliquem metodologias que garantam credibilidade na avaliação. Existe este apelo para que o assunto seja tratado de forma científica. O Simpósio nasceu em meados de 2014, por iniciativa do reitor Carlos Alexandre Neto. E trabalhamos, desde então, na viabilização do evento. Inicialmente, criamos chamadas de artigos, e recebemos 50 textos sobre os mais diversos temas. Vinte deles foram selecionados pelo Comitê Executivo para apresentação oral, que ocorreu entre os dias 17 e 18 de setembro, e outros 15 apresentados no saguão do Salão de Atos da Ufrgs na forma de posters.

**Adverso - De onde vieram os artigos?**

**Daltro Nunes** - De diversas

universidades do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Colômbia e até do Japão. Aliás, o Brasil foi muito bem representado no evento, que debateu formas de avaliação que deem credibilidade aos resultados. Este foi o primeiro Simpósio, mas a ideia é continuar os encontros.

**Adverso - Há troca de informações com CPAs de outras instituições de ensino superior no Estado?**

**Daltro Nunes** - Não, apesar de haver um desejo de que exista este intercâmbio de informações. Gostaríamos de trocar experiências com as CPAs do IFRS e da Ufcsa, por exemplo, que estão entre as Ifes mais próximas. Mas também seria muito enriquecedor se criássemos um fórum de CPAs em nível estadual e até mesmo nacional (como existe o fórum dos Pós-Reitores de Graduação ou dos Prós-



Reitores de Planejamento) para se discutir as questões da avaliação. O Simpósio veio nesta direção. A partir de agora, as CPAs de todo o País vão se orientar no sentido de fazer uma avaliação mais qualificada, e esta troca de experiências é importante.

**Adverso - Na sua opinião, de que forma a avaliação do trabalho desenvolvido no Ensino Superior deve refletir na sociedade?**

**Daltro Nunes -** Um dos grandes objetivos da avaliação é fazer diagnósticos nas dez dimensões estabelecidas pelo Sinaes: ensino, pesquisa e extensão, assistência estudantil, PDI, responsabilidade social, comunicação com a sociedade, políticas de pessoal para corpo docente e técnicos administrativos, organização e gestão, infraestrutura física, planejamento e avaliação, e sustentabilidade financeira. Os resultados, anualmente, são repassados pela Administração Central aos gestores e cabe a eles utilizar estes dados para implementar ações que visem resolver os problemas apontados. Temos, para fins de transparência, um Painel da Qualidade, onde exibimos os resultados da avaliação da Universidade como um todo, uma vez que a Ufrgs, sendo paga pelo contribuinte, deve mostrar o trabalho que está desenvolvendo com o dinheiro público que nela é aplicado. Além disso, temos na CPA duas vagas para representantes da sociedade, que podem ser membros de instituições e entidades como a CUT ou a Fiergs, por exemplo. Atualmente, temos um representante da Adufrgs-Sindical e um representante da

**"A Universidade quer saber como nossos egressos estão atuando no mercado de trabalho. E, se possível, queremos dados comparativos para saber como nossos ex-alunos estão em comparação com os de outras instituições, para que possamos realimentar nossos cursos de graduação".**

Associação dos Antigos Alunos da Universidade. Mas varia a cada ano.

**Adverso - A Associação de Antigos Alunos ajuda na meta da CPA de implementar pesquisa junto aos egressos, por exemplo?**

**Daltro Nunes -** Sim, já ajudou na criação do instrumento de avaliação dos egressos, que está pronto há dois anos. Neste sentido, a Associação participou intensamente. Agora, falta construir a ferramenta on-line, onde possamos aplicar esta pesquisa. Mas posso adiantar que este instrumento de avaliação é muito complicado do ponto de vista operacional, porque vasculha a vida do egresso (se tem ou não pós-graduação, se foi monitor, se foi bolsista de Iniciação Científica ou não) para traçarmos um

perfil do participante e, depois, aplicar as perguntas corretas. Muitas nem aparecerão, por não se aplicarem a determinado perfil. Precisa ser um instrumento dinâmico, com abas que vão se abrindo ou fechando na medida em que o egresso vai respondendo as questões. Quando conseguirmos aplicá-lo teremos um bom feedback deste público. A Universidade quer saber como nossos egressos estão atuando no mercado de trabalho. E, se possível, queremos dados comparativos para saber como nossos ex-alunos estão em comparação com os de outras instituições, para que possamos realimentar nossos cursos de graduação. A meta é implementar esta ferramenta até o final do ano ou, no máximo, no primeiro semestre de 2016. Mas, antes disso, temos que fazer o instrumento de avaliação do Colégio Aplicação, pois os professores daquela instituição, para progredir na carreira, precisam ser avaliados também pelos discentes, e não estão sendo. O Aplicação já nos passou uma minuta com as questões fundamentais para que esta avaliação seja eficiente e nós vamos, rapidamente, preparar um instrumento para este público.

**Adverso - Como foi a participação dos discentes e docentes da Ufrgs na avaliação que foi encerrada em agosto deste ano?**

**Daltro Nunes -** Na Ufrgs, a avaliação vem crescendo a cada semestre. Neste último, batemos o recorde. Quando começamos, a participação de alunos de graduação ficava em 20%, depois passou para 40% e, no semestre

passado, já estava em 60%. No primeiro semestre de 2015 ficou em 60,99% dos 35 mil alunos da Universidade. No caso dos professores, no semestre passado, chegamos a mais de 70%. Já, na última pesquisa, acabou em 67% por causa do primeiro semestre, que termina em julho, e o tempo de avaliação é mais curto, ali só temos um mês para avaliar, enquanto no segundo semestre a pesquisa dura três meses.

**Adverso - E os resultados apresentados na última avaliação já traçam alguma ação futura?**

**Daltro Nunes** - Não. Uma coisa é avaliação e outra é gestão. E não misturamos, porque, no final das contas, pode prejudicar a eficiência. Aliás, é bom salientar que, mesmo avançada com relação a outras universidades no processo de avaliação, foi somente este ano, em julho, que a CPA da Ufrgs conseguiu sentar com os gestores e, pela primeira vez, passar a eles os problemas da Universidade. E os NAUs fizeram a mesma coisa, no âmbito das unidades. Teremos o próximo encontro em julho do ano que vem e, então, será possível fazermos comparações e detectar o que melhorou ou não neste período. Desde 2013/02, estamos avaliando com o novo modelo, que inclui a resposta dos alunos na avaliação da qualidade da Universidade. Assim, chegamos a uma nota, que vem crescendo a cada avaliação.

**Adverso - E quais são as principais críticas dos alunos?**

**Daltro Nunes** - Eles reclamaram da dificuldade de acesso

às bibliotecas e do acesso online aos recursos da Universidade (como matrículas, por exemplo). Se eles têm razão eu não sei, mas reclamaram. Também há queixas de que o acesso ao wi-fi é difícil.

**Adverso - Recentemente ocorreu reciclagem de integrantes da CPA da Ufrgs. O que muda com a nova comissão?**

**Daltro Nunes** - Como executores das decisões da CPA, ficamos felizes que o reitor Carlos Alexandre Neto tenha mantido a metade dos 18 membros, o que preserva a memória da Comissão. E os novos estão trazendo boas ideias. Temos uma Comissão muito rica, que certamente vai contribuir bastante para os próximos trabalhos da CPA.

**Adverso - Qual sua opinião sobre o processo de avaliação na Univesidade?**

**Daltro Nunes** - A Universidade está bastante avançada na questão da avaliação institucional, até porque foi uma das primeiras a trabalhar isso, no início da década de 1990. E nos últimos anos, a Ufrgs tem se debruçado na construção de instrumentos de avaliação para que, dos dados extraídos deles, se possa tirar diagnósticos importantes a serem repassados para a gestão, tanto em nível de Reitoria como de unidades, através de seus núcleos de avaliação. Estamos no caminho. Ainda vai levar mais uns cinco anos até que possamos contemplar o desenvolvimento (e a operação online) das dez dimensões

**"Observamos que tanto alunos como professores ainda estão muito "generosos" na hora de dar as notas, que, por sua vez, podem não estar medindo a realidade. Por isso, uma preocupação da CPA é criar estratégias para estimular alunos e professores a refletirem bem, antes de apontar uma nota, seja boa ou ruim".**

do Sinaes. A CPA tem trabalhado muito neste sentido. Nossa luta é para criar dentro da Universidade uma cultura de avaliação, que ainda está em seus primórdios. Agora é que estão surgindo os seus primeiros desdobramentos, como a progressão funcional. Observamos que tanto alunos como professores ainda estão muito "generosos" na hora de dar as notas, que, por sua vez, podem não estar medindo a realidade. Por isso, uma preocupação da CPA é criar estratégias para estimular alunos e professores a refletirem bem, antes de apontar uma nota, seja boa ou ruim. Acreditamos que o fundamental, neste momento, é fortalecer a cultura de avaliação. ■





# Negociação salarial perto de um desfecho

A novela da negociação dos professores com o governo federal está perto do fim. A determinação do Proifex-Federação na defesa dos interesses da categoria deve garantir um final satisfatório para as reivindicações dos docentes em um ano de profunda crise política e econômica. O atraso na aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi o que propiciou mais tempo de negociação e, em consequência, um acordo mais favorável para os professores, especialmente nas questões de referente à reestruturação da carreira.

A aceitação do reajuste de 10,5% nos próximos dois anos (5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017) pelo o Conselho Deliberativo do Proifex-Federação foi condicionada a avanços em outros itens. Entre eles, o início da reestruturação das Carreiras de Magistério Superior (MS) e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que faz parte da proposta original, mas ainda não saiu

do papel. Essa primeira parte da reestruturação deve ser completada em janeiro de 2018, com uma antecipação, em agosto de 2017, de 1/3 dos valores a serem recebidos. O Proifex-Federação também pede a implantação imediata de correção de distorções e injustiças causadas por interpretações equivocadas da Lei 12.772/2012, envolvendo parte da pauta específica dos docentes.

A presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza von Holleben, lembra que o termo de acordo com o governo só será assinado depois de consulta aos docentes. "A qualquer momento, a Adufrgs-Sindical irá colocar no ar uma consulta eletrônica para saber dos professores se eles aprovam ou não o que for oferecido pelo governo", afirma. A apresentação da proposta oficial do governo, bem como a convocação para a consulta eletrônica, será informada no site e no informativo eletrônico da Adufrgs-Sindical. ■

Professor Osvaldo Casares Pinto  
Reitor do IFRS

# IFRS vai buscar recursos extraordinários para consolidar crescimento

por Araldo Neto



O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) tem um novo reitor. É o professor Osvaldo Casares Pinto, oriundo do Campus Rio Grande e atual pró-reitor de Desenvolvimento Institucional. Na eleição realizada no início de outubro, Osvaldo recebeu um total de 2.657 votos, sendo 326 de técnicos administrativos em educação, 343 de docentes e 1.988 de discentes, o que equivale a 31,99% dos votos válidos. Para os próximos quatro anos de mandato, o novo reitor pretende consolidar a infraestrutura dos campi, construir espaços de convivência, lazer e esportes para os alunos; am-

pliar a oferta de cursos na modalidade Ensino a Distância (EAD); criar polos de inovação tecnológica; e implantar novos programas de mestrado profissional.

O corte de verbas destinadas à Educação deve ser o principal desafio da gestão do reitor. Osvaldo Pinto acredita que o IFRS pode atravessar esse momento adaptando-se à nova realidade sem prejudicar a qualidade da educação. Segundo ele, é necessário captar recursos extraorçamentários, buscando verbas em editais, projetos especiais, parcerias com empresas e emendas parlamentares, de modo a manter o crescimento e a consolidação da estrutura dos campi do IFRS.



**Adverso - O senhor acredita que a experiência adquirida na pró-reitoria e o seu conhecimento da Instituição podem facilitar a tomada de decisões em sua gestão?**

**Osvaldo Pinto** - Tenho certeza que sim, pois na Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (ProDI) lidamos com questões como concursos, obras, TI e Planejamento Estratégico, todas fundamentais para uma ampla visão institucional. Essa experiência se soma à que já havia acumulado nos 30 anos anteriores de participação ativa nos mais diversos fóruns de discussão, internos e externos. Acrescenta-se, ainda, a experiência de oito anos na direção-geral do Campus Rio Grande e no "Programa de Aperfeiçoamento dos Dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia", curso de 360 horas realizado na Escola Nacional de Administração Pública, em 2010. De modo que todo esse conhecimento acumulado será extremamente útil nos momentos de tomada de decisões.

**Adverso - O plano de gestão da sua candidatura foi definido pelas propostas mais votadas na comunidade acadêmica. Quais delas o senhor aponta como viáveis? Tem alguma que pode ser considerada de difícil execução?**

**Osvaldo Pinto** - Todas as propostas apresentadas são viáveis, e as cinco mais votadas foram: estimular a titulação e produção acadêmica, garantir o pleno funcionamento do Sistema Integrado de Gestão, abrir espaços per-

manentes de diálogo com a reitoria, garantir um investimento mínimo em acervo bibliográfico nos campi e garantir a continuidade das obras em execução. Sem dúvida a mais difícil é a relacionada às obras, visto que o recurso orçamentário para investimento previsto para 2016 não é suficiente. Porém, temos

uma proposta que é investir na captação de recursos extraorçamentários para viabilizar as obras necessárias, que também ficou entre as propostas mais votadas.

**Adverso - Quais são as suas principais metas para os quatro anos de mandato?**

**Osvaldo Pinto** - Entre as prin-

Foto: Fernando Mengatti/Comunicação IFRS



cipais metas podemos citar a consolidação da infraestrutura dos campi, priorizando obras que garantam espaços de convivência, lazer e esportes para os alunos; a ampliação da oferta de cursos na modalidade EAD, com cursos em todos os níveis, e discutindo a criação de um campus específico; a criação de polos de inovação tecnológica, em especial em Tecnologia Assistiva (ver box); o aperfeiçoamento da comunicação institucional, através do fortalecimento da nossa política de comunicação; e a implantação de novos programas de mestrado profissional.

**Adverso - Na sua candidatura, você definiu cinco princípios de gestão (excelência, valorização, consolidação, integração e protagonismo). Qual o significado prático de cada um deles?**

**Oswaldo Pinto** - São cinco princípios, apoiados em dois valores básicos, o respeito e a atenção, que entendemos que a comunidade merece, norteando todo o nosso plano de gestão. Excelência: queremos que o IFRS tenha a mais alta qualidade na Educação Profissional, com processos de gestão aprimorados e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Valorização: temos que reconhecer a importância e características diferenciadoras dos campi, aproveitar suas potencialidades e fomentar o espírito de pertencimento institucional. Consolidação: desejamos ampliar espaços físicos e investir na qualificação de servidores e estudantes, para aprimorar

**"Acredito que podemos atravessar esse momento nos adaptando à nova realidade sem prejudicar a qualidade de nossa educação".**

rar a atuação profissional e institucional de forma continuada e permanente. Integração: precisamos incrementar a presença da reitoria na vida dos campi, para estimular processos e decisões cada vez mais participativos, democráticos e transparentes. Protagonismo: devemos fortalecer as relações com as comunidades onde o IFRS atua, para dinamizar a inclusão social e ser referência no desenvolvimento dos arranjos produtivos.

**Adverso - Como administrar uma instituição de educação em tempos de cortes orçamentários?**

**Oswaldo Pinto** - O corte mais significativo foi na verba para investimento, afetando fortemente as obras e aquisição de equipamentos, veículos e mobiliário. O corte no custeio, relacionado à aquisição de materiais de consumo e serviços que permitem a manutenção de nossas atividades, também não foi pequeno, mas acredito que poderemos atravessar esse momento

nos adaptando à nova realidade sem prejudicar a qualidade de nossa educação. Felizmente as verbas de assistência estudantil não foram afetadas e poderemos manter nossos programas. Para os investimentos será necessário captar recursos extraorçamentários, e temos uma proposta específica para essa finalidade. Buscaremos verbas em editais, projetos especiais, parcerias com empresas e emendas parlamentares, de modo a manter nosso crescimento e a consolidação de nossas estruturas.

**Adverso - Qual o papel que o professor do Instituto terá na sua gestão?**

**Oswaldo Pinto** - O IFRS tem hoje pouco menos de 850 docentes efetivos e um banco de professores equivalentes, que nos permitirá chegar a 1.150 professores em regime de Dedicação Exclusiva quando todas as vagas estiverem ocupadas. É um grupo extremamente qualificado (são mais de 300 doutores), que tem contribuído muito para que o IFRS tenha um desempenho de excelência. Tenho certeza que poderemos contar com a dedicação e o comprometimento desse grupo para que a nossa missão e visão institucionais, expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018), sejam uma realidade, com reconhecimento de excelência, promovendo a educação profissional, científica e tecnológica, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, e formando cida-



dãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.

**Adverso - Qual sua opinião sobre a autonomia das instituições de ensino do País e qual sua avaliação sobre a autonomia dos campi com relação ao IFRS?**

**Osvaldo Pinto** - Uma novidade introduzida pela Constituição Federal de 1988 foi o estabelecimento de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para as universidades, para que possam cumprir, de modo autônomo e independente, a sua finalidade. Porém, o tema ainda é objeto de discussão, devido à falta de regulamentação, que não permite que essa autonomia seja exercida em sua plenitude. Já os Institutos Federais, em sua lei de criação, foram definidos como instituições detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Mas, da mesma forma, existem muitas amarras legais, que não permitem que essa autonomia seja exercida a pleno. É uma disputa política, que vem sendo travada há muito tempo e é muito importante que sigamos nessa luta até que a autonomia possa ser exercida de fato. Com relação à autonomia interna, penso que a Reitoria e os campi devem manter diálogo permanente, visando dar a máxima autonomia possível para os campi, respeitando os princípios da administração pública e preservando a identidade institucional.

**Adverso - Qual sua visão sobre a atual política de educação do governo Dilma?**

**Osvaldo Pinto** - Os quatro anos do primeiro mandato foram excelentes para a educação federal, com grandes investimentos que possibilitaram a expansão das Universidades e dos Institutos Federais, permitindo a interiorização e incluindo pessoas que dificilmente teriam acesso à educação de qualidade oferecida em nossas instituições, além de contribuir para o desenvolvimento das regiões nas quais chegamos. Infelizmente, houve uma reversão na expectativa da segunda metade de 2014 para cá, mas esperamos que isso seja passageiro e que, em breve, seja retomada a trajetória inicial, com a continuação dos investimentos e apoio aos programas da rede federal. ■

Foto: Fernando Mengatti/Comunicação IFRS



## Perfil

Osvaldo Casares Pinto tem 53 anos, é natural de Rio Grande e atua no magistério há 32 anos. Formado em matemática e engenharia civil, o novo reitor possui especialização, mestrado e doutorado na área de engenharia. Foi diretor-geral do Campus Rio Grande por dois mandatos. Reside em Bento Gonçalves, onde, até agora, se dedicava à função de pró-reitor de Desenvolvimento Institucional.



Campus Restinga

# Diretor reeleito prioriza ações contra a evasão

O professor Gleison Samuel do Nascimento foi reeleito para o cargo de diretor-geral do Campus Restinga. À frente da Instituição desde 2013, Gleison recebeu 153 votos (47,77%), em um pleito sem opositores. “Quando ingressamos, em 2013, nosso principal desafio era retomar o andamento das obras. Tínhamos um prédio. Conseguimos concluir mais três”, destaca. Hoje, a área de ensino - salas de aula, laboratórios, biblioteca e restaurante - está concluída. Para o próximo mandato, o desafio é reduzir a evasão, que chega a 40% nos cursos subsequentes (pós-ensino médio) e em torno de 20% nos cursos de ensino médio e superior.



A sensação de insegurança é, na opinião do diretor-geral, um dos principais fatores para os altos índices de evasão, especialmente no turno da noite. O Campus está localizado junto ao Hospital da Restinga, em um local com fraca iluminação, o que aumenta o sentimento de desproteção. “Recebemos muitos relatos de estudantes que acabam desistindo por este motivo”, afirma o diretor. Prestes a inaugurar o novo prédio, que vai abrigar o restaurante e a biblioteca, o acesso principal ao IFRS Campus Restinga se dará por uma rua que ainda não conta com iluminação pública. De acordo com Gleison, falta apenas a execução por parte da CEEE, uma vez que os trâmites burocráticos já foram realizados. “Nós temos três meses para tentar regularizar essa situação”, avisa. A abertura do restaurante no Campus deve ser um fator para a diminuição da evasão nas turmas da manhã. Gleison informa que o objetivo é tentar promover parcerias com as cooperativas da agricultura familiar, para reduzir os custos e, assim, poder subsidiar o alimento para o estudante. “Muitos alunos precisam ficar aqui meio dia e não têm nenhum restaurante próximo do Campus. Por isso, o restaurante será fundamental para melhor esse quesito”, avalia.

Com cinco anos de operação, a estrutura do Campus Restinga está praticamente completa. Resta apenas o prédio administrativo para sua conclusão. Com a ampliação da estrutura física, a Instituição passou a atender 700 alunos, um aumento de 75% em dois anos. Para 2016, o desafio é chegar a mil alunos, projeta o diretor reeleito. Para o próximo ano, também, dois novos cursos devem ser implantados: Técnico em Lazer e Licenciatura em Letras.

### **IFRS Campus Restinga prioriza estudante e direciona cortes para a manutenção**

Em tempos de corte na educação, o diretor do IFRS Campus Restinga revela que é necessário fazer “escolhas de Sofia”. Gleison estabeleceu como prioridade o atendimento ao estudante, garantindo a assistência estudantil e o pagamento de bolsas, por exemplo. A direção também não mexeu nos terceirizados e nas obras. A restrição orçamentária acabou afetando a manutenção do campus. “Temos uma estrutura relativamente nova, mas se isso não melhorar nos próximos anos, a sua conservação pode ficar prejudicada, considerando que vamos manter essas prioridades”, afirma. A tradicional Mostra Científica do Campus Restinga também foi afetada pela falta de verba. O evento teve que ser transferido de outubro para novembro, devido ao atraso de repasse dos recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o qual o Campus contava para a sua realização. ■



## **Perfil**

Gleison tem 36 anos e é natural de Erechim. Formado em Ciência da Computação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), tem Mestrado e Doutorado em Computação pela Ufrgs. Ingressou no serviço público em 2009, no Campus Bento Gonçalves do IFRS, e chegou ao Campus Restinga em agosto de 2010, atuando como professor dos cursos Técnico em Informática para Internet e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Foi coordenador do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (Napne) e do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

# Novo diretor-geral aposta na valorização das instâncias colegiadas

No Campus Porto Alegre, o professor Marcelo Schmitt foi eleito com 42,21% dos votos, contra 30,07% do outro candidato, o professor Cláudio Farias. Schmitt atribui sua vitória, em grande medida, à proposta de valorização do conselho do campus nos processos de decisão, escolha de prioridades e controle do orçamento da Instituição. “O reconhecimento das instâncias decisórias colegiadas é aspecto fundamental para a efetivação de uma gestão democrática”, defende.

Um dos focos do novo mandatário é ampliar a transparência das finanças no Campus Porto Alegre do IFRS. Schmitt considera importante que todos os gastos mensais sejam publicados no site, para que a comunidade acadêmica tenha fácil acesso aos dados, uma vez que, segundo ele, o portal da transparência não é consultado pela maior parte da comunidade. “Mensalmente, nossa Diretoria de Administração e Planejamento irá divulgar os valores exatos repassados pela reitoria e em que os recursos foram investidos”, informa.

A nova gestão pretende implantar um sistema de resolução e de mediação de conflitos no âmbito intrainstitucional, que viabilize a melhoria das relações interpessoais no ambiente de trabalho. Marcelo Schmitt informa que, muitas vezes, os conflitos dentro do campus são resolvidos a partir de processos administrativos, que

poderiam ser evitados. O novo diretor aposta no diálogo, para tornar o ambiente de trabalho mais saudável. “Hoje, temos dificuldade de aceitar que ideias conflitantes fazem parte do mundo acadêmico e, consequentemente, de conviver com pessoas que pensam de maneira diferente. Nós acabamos gerando conflitos, quando o que existe são apenas divergências. E esses conflitos atrapalham o nosso trabalho”, afirma.

A evasão de alunos no campus Porto Alegre é outro problema que a futura gestão quer atacar. Para isso, Marcelo pretende fazer um estudo científico para saber a causa da evasão, além de criar mecanismo para que esses alunos retomem os estudos. “Turmas que começam com 35 alunos, muitas vezes terminam com apenas 10.” Marcelo reconhece que um mandato é pouco para atingir a meta de 90% de formandos, mas

assume o desafio de trabalhar para melhorar o desempenho registrado hoje.

Como política de extensão, a nova gestão pretende incrementar a comunicação com a sociedade. Para isso, propõe a criação do Fórum Consultivo da Comunidade, um espaço para o diálogo com a comunidade externa ao Campus. O objetivo é discutir as realidades locais e identificar demandas e oportunidades para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. Outra ação prevista é reforçar a Incubadora Tecno-Social do IFRS Campus Porto Alegre para que efetivamente ela fomenta a criação de novas empresas e ações de empreendedorismo. Para Marcelo Schmitt, o objetivo é fazer com que a iniciativa, além de abrigar projetos sociais, também contemple projetos dos alunos e egressos do campus.





“Precisamos fazer com que a incubadora comece a gerar frutos, que saiam empresas daqui”, afirma.

O novo diretor prevê um orçamento apertado para 2016, em virtude dos cortes promovidos pelo governo federal na área da educação. Em 2015, houve contingenciamento de 47% no orçamento do IFRS para novos investimentos. Com a limitação de orçamento, Schmitt acredita que o primeiro ano da sua gestão será marcado pela manutenção das conquistas do campus. “Temos que garantir que os novos espaços efetivamente funcionem, que os alunos tenham

assistência estudantil e que a gente consiga manter o prédio”, elenca as prioridades. Novas obras estão descartadas. No entanto, as obras nos blocos A e B devem ser concluídas ainda este ano. Serão novos laboratórios, salas de aula, auditórios e área de esportes e lazer. O novo espaço vai permitir a realocação dos cursos que ainda se encontram na sede da Avenida Ramiro Barcelos. Um dos compromissos da nova gestão do campus será o trabalho de fiscalização da obra que será entregue. “A fiscalização vai ser importante para checar se o que foi contratado, será entregue”, destaca. ■

## Perfil

Marcelo Augusto Rauh Schmitt é professor do IFRS Campus Porto Alegre desde 2010. Ele possui doutorado em Informática na Educação, mestrado e graduação em Ciência da Computação. Foi diretor da antiga Escola Técnica da Ufrgs. Marcelo também foi presidente da Adifers (Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional do Rio Grande do Sul). No IFRS, foi Coordenador do Curso Superior de Sistemas para Internet e Coordenador do Mestrado em Informática na Educação.

### Confira outros diretores eleitos nos campi do IFRS

**Campus Bento Gonçalves**  
Soeni Bellé: 258 votos (32,23%)

**Campus Canoas**  
Mariano Nicolao (candidato único): 228 votos (57,99%)

**Campus Caxias**  
Juliano Cantarelli Toniolo (candidato único): 331 votos (44,55%)

**Campus Erechim**  
Eduardo Angonesi Predebom (candidato único): 122 votos (45,37%)

**Campus Osório**  
Claudino Andriguetto (candidato único): 209 votos (59,08%)

**Campus Rio Grande**  
Alexandre Jesus da Silva Machado: 349 votos (36,12%)

**Campus Sertão**  
Odair José Spenthof: 414 votos (39,64%)



# Ampliar para fortalecer

Por Araldo Neto

Desde que deixou de ser uma seção sindical e se transformou em sindicato, em 2008, a Adufrgs representa os docentes com base de atuação profissional na cidade de Porto Alegre. Assim, os professores da Ufrgs, Ufcspa e IFRS Campus Porto Alegre e Campus Restinga conquistaram o direito à sindicalização, ou seja, de serem representados em processos de negociação e na defesa de interesses coletivos e individuais, inclusive perante o Judiciário. Porém, nesses sete anos, o jeito de fazer política e a forma com que o sindicato tem atuado junto à categoria atraíram professores de outras instituições, sediadas em municípios que não integram a base territorial da Adufrgs. Para buscar alternativas que pudessem dar guarida a estes trabalhadores, a diretoria do Sindicato abriu um debate interno, que resultou na decisão de encaminhar aos sindicalizados uma proposta de mudança de estatuto, com vistas à ampliação da base territorial da Adufrgs. O primeiro passo será uma assembleia geral, já marcada para o mês de dezembro.





Atualmente, a Adufrgs-Sindical agrega em seu quadro de sócios professores de outros municípios, uma vez que, antes de sindicato, a entidade é uma sociedade associativa. São docentes de instituições de ensino de Sapucaia do Sul, Osório, Caxias do Sul, entre outras cidades. Porém, a diferença com relação aos sindicalizados é grande, já que os professores sócios vinculados ao sindicato não podem ser representados pela Adufrgs em ações judiciais. “Não temos o direito de representá-los judicialmente”, explica a presidente da entidade, Maria Luiza Ambros von Holleben. Para representar estes professores, as ações coletivas precisam ser encaminhadas separadamente. Fora esse detalhe, os sócios de outras cidades, que buscaram guarida

na Adufrgs, contam com os mesmos benefícios dos associados, ou seja, plano de saúde, assessoria jurídica e convênios, por exemplo.

De acordo com a Maria Luiza, desde que foi transformada em sindicato, a Adufrgs sempre prezou por ouvir e decidir junto com os professores. Esta prática conquistou a simpatia de docentes de outras instituições, que desejam ser representados por ela. “Os professores são inteligentes e extremamente capacitados. Devemos ouvi-los e não impor a nossa vontade. Uma diretoria de federação ou de sindicato não pode decidir por toda a categoria, tentando cooptar e menosprezando a capacidade de discernimento daqueles que representa”, pondera. Um exemplo marcante que, segundo Maria Luiza,

revela o espírito democrático da Adufrgs aconteceu em julho deste ano. Percebendo que a negociação com o governo havia chegado num impasse, a diretoria avaliou que a deflagração de uma greve era uma alternativa adequada naquele momento. No entanto, através de uma consulta eletrônica, a categoria optou por não fazer a greve. “Por isso, não se fez a greve, respeitou-se a decisão dos professores”, destaca. Segundo Maria Luiza, desde então, o sindicato foi procurado por um grande número de professores - “que vieram até em grupo” - de outras instituições. “Nesse momento crítico, de impasse na negociação, os professores querem é uma representatividade sindical. E essa representatividade sindical, eles acreditam que encontram

## Extensão da Base

na Adufrgs”, afirma.

Do ponto de vista legal, porém, dar abrigo a docentes de fora de Porto Alegre exige um conjunto de medidas que, se esta for a decisão, possibilitará a ampliação da base territorial sindical da Adufrgs para outros municípios, além de Tramandaí, cuja inclusão é um compromisso com os professores da Ufrgs, lotados no campus Litoral Norte. Segundo Maria Luiza, em um primeiro momento, a base seria estendida para locais com garantia de professores filiados. É o caso do IFRS

Campus Osório e Canoas, que vai abrigar um campus da Ufcsa, por exemplo. “À medida que esses municípios nos aprovarem, outros virão e nós teremos que fazer ampliações consecutivas”, informa.

### Os caminhos para expansão territorial

Para que a ampliação de base territorial se confirme, os associados da Adufrgs-Sindical precisam aprovar a mudança no estatuto, que precisa ser deliberada em uma assembleia geral, por meio de votação

eletrônica, marcada para dezembro, mas ainda sem data definida. “A ampliação de base territorial da Adufrgs significa tornar o sindicato ainda mais forte na sua política e na sua sustentação. Nossos professores filiados devem votar nessa assembleia, pois o voto deles será um voto de decisão e um voto solidário.”, afirma a presidente. Para que a ampliação de base seja confirmada no estatuto, é necessário que 2/3 dos votantes aprovem a proposta e que o pleito, obrigatoriamente, tenha a participação mínima de

## COMO VAI FUNCIONAR?

## Votação da proposta de expansão da base territorial da Adufrgs

### 1 Quando acontece a votação eletrônica?

Dezembro, ainda sem data marcada.

### 2 Onde votar?

No site da Adufrgs, acessando [www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)

3

### O que será votado?

#### - Ampliação da base territorial:

Artigos do estatuto da Adufrgs serão alterados, incluindo os novos municípios que irão integrar a base do sindicato.

#### - Mudança do nome:

A designação “Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre” será substituída por “Sindicato Intermunicipal dos professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul”.



20% dos professores sindicalizados, hoje, em torno de 720 votos. Se a pauta for aprovada na votação, o registro será encaminhado junto ao Ministério do Trabalho.

#### **Diretoria terá nova composição**

Na mesma votação eletrônica que irá definir o ingresso de instituições de outras cidades na Adufrgs, os professores associados votarão na proposta de mudança na composição da diretoria. Pelo atual estatuto, ela é formada por nove membros, sendo um presidente, dois vice-presidentes, três secretários e três tesoureiros. Na nova composição, ela seria integrada por

13 membros: um Diretor de Assuntos da Carreira do Magistério Superior (MS), um Diretor de Assuntos da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), um Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência, um Diretor Social, um Diretor de Relações Sindicais, do Diretor de Assuntos Jurídicos e Diretor de Comunicação, além do presidente, vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros. O principal objetivo da mudança é melhorar o atendimento aos professores da base, com representações do EBTT e MS. Todas as mudanças estatutárias serão votadas em pacote em dezembro. ■



#### **- Troca de endereço:**

Com a inauguração da nova sede, o endereço será alterado para Rua Barão do Amazonas 1581.

#### **- Alteração do número de membros da diretoria e definição das competências de cada cargo:**

Propõe-se a criação dos cargos de diretor de Assuntos da Carreira do MS, diretor de Assuntos da Carreira do EBTT, diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência, diretor de Assuntos Jurídicos, diretor Social, diretor de Relações Sindicais e diretor de Comunicação.

**4**

#### **Quais são os pré-requisitos para mudar o estatuto?**

É necessário que 2/3 dos votantes aprove as mudanças e que o pleito conte com participação mínima de 20% dos professores (720 votos).

**5**

#### **Próximo passo?**

Se as propostas forem aprovadas, o último passo é fazer o registro no Ministério do Trabalho.



## ENCONTRO DOS PROFESSORES APOSENTADOS DA ADUFRGS-SINDICAL

O Sindicato e os Professores Aposentados

Professores aposentados participaram de encontro promovido pela Adufrgs-Sindical, no dia 15 de outubro. Além de debater questões judiciais e temas de interesse específico, o evento também foi uma espécie de despedida do prédio que, por mais de três décadas, sediou a entidade.

“Para nossa geração, essa sede da Cidade Baixa é muito importante, porque foi a primeira adquirida por nós”, lembrou a presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben. É que neste mês de dezembro acontece a inauguração da nova sede do Sindicato, no Bairro Jardim Botânico.

As palestras foram realizadas pelo assessor jurídico Francis Bordas, pelo vice-presidente do Conselho de Representantes da Adufrgs-Sindical, Lúcio Hagemann e pelo presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim, que falou sobre as mudanças na regra das aposentadorias dos servidores públicos nos últimos anos e seus reflexos na perda gradativa de direitos adquiridos.

**Francis Bordas, assessor jurídico da Adufrgs-Sindical, e o vice-presidente do Conselho de Representantes, Lúcio Hagemann, falaram de questões jurídicas e temas específicos dos aposentados.**

# Debate....







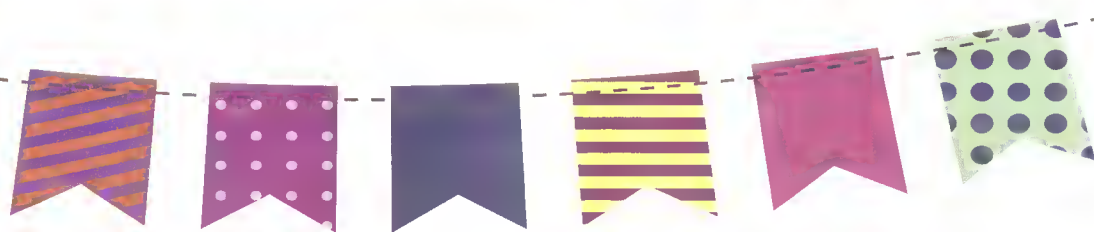
## ... e despedida...



Professores aposentados confraternizam e se despedem da sede que, durante mais de 30 anos, abrigou o Sindicato. Atrás, foto na parede mostra a fachada do novo prédio, que será inaugurado ainda este ano.



Aconteceu



# Jantar de Confraternização

## Alegria, descontração e reconhecimento

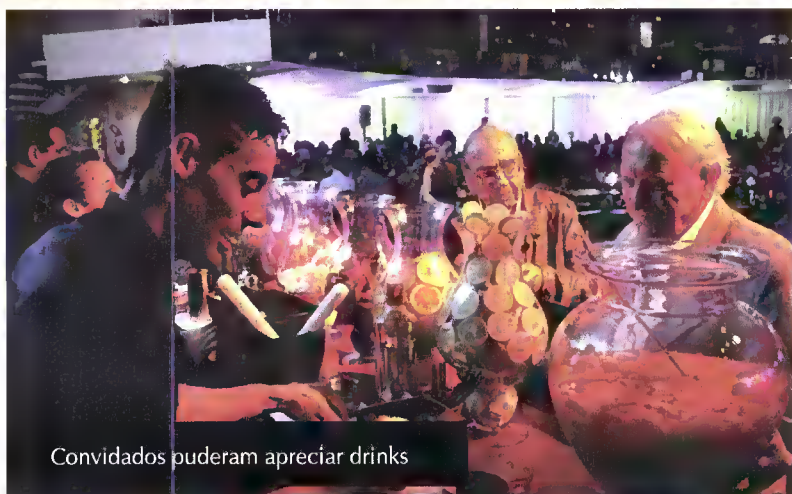


As três palavras definem o que foi o tradicional Jantar de Confraternização do Dia dos Professores, realizado no último dia 23 de outubro. Docentes, juntamente com seus familiares, lotaram o Salão de Festas do Clube Farrapos, em Porto Alegre. Abordando a temática “Brasil”, o evento contou com um cardápio de comidas e bebidas típicas do País. A organização também abordou a brasilidade

na decoração e na música.

Curtindo a festa ao lado do marido, a professora de enfermagem da Ufrgs, Mariur Beghetto, afirma que o jantar de confraternização da Adufrgs é uma oportunidade para os professores se encontrarem fora do ambiente de trabalho. “Nem sempre conseguimos conversar na universidade. Tudo é muito focado no trabalho por lá. Um evento como





Convidados puderam apreciar drinks



Professora Mariur curte o jantar ao lado do seu marido



Professor Norberto Dani ganhou um tablet no tradicional sorteio que acontece nas festas da Adufrgs



Animação na pista de dança



Pró-reitora de Extensão da Ufcsa, Deisi Vidor, junto com sua filha

esse é a oportunidade para a gente se enxergar de maneira diferente", afirma. A Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFCSPA, Deisi Vidor, diz que o evento é importante para reunir pessoas de diversas áreas e universidades. "É legal ver essa troca entre a Ufrgs, a UFCSPA e o IFRS. É sempre bom poder confraternizar e rever os amigos", revela.

Em seu discurso, a presidente da entidade, Maria Luiza Ambros von Holleben, falou sobre as negociações com o governo federal, que se arrastam há meses. Outro ponto abordado pela presidente, em seu discurso, foi a possibilidade de expansão da base territorial do sindicato. Ela ressaltou que um ponto positivo, neste momento tão difícil, é o reconhecimento da atuação da Adufrgs-Sindical e do Proifes-Federação por muitos professores de Instituições Federais de Ensino Superior de outras cidades do Rio Grande do Sul. "O anseio por esta guarida sindical exige a ampliação da base territorial do Sindicato para outros municípios, além de Tramandaí, cuja inclusão é um compromisso com os professores da Ufrgs, lotados no Campus Litoral Norte", afirma. Para efetivar esta ampliação, a diretoria está realizando as devidas modificações no estatuto, que serão submetidas à Assembleia Geral Extraordinária, com decisão por votação eletrônica, conforme exigência estatutária.





## Noite festiva é marcada por homenagem ao professor Lúcio Hagemann

O grande destaque do jantar de confraternização ficou por conta da homenagem especial da Adufrgs-Sindical ao professor aposentado da Ufrgs, Lúcio Hagemann, que completou 80 anos de vida. Em belíssima apresentação, o Coral da Adufrgs cantou “My Way”, de Frank Sinatra, uma das músicas preferidas do homenageado. Na sequência, todos entoaram “Parabéns a você” ao professor. Emocionado, Hagemann disse que se sentia muito grato pela acolhida dada pela Adufrgs, entidade à qual dedica várias horas de seu tempo desde que se aposentou, no início da década de 90. Atualmente, o homenageado é vice-presidente do Conselho de Representantes, assessor da Diretoria para assuntos jurídicos e presidente do Conselho Consultivo do Instituto Mosap. ■



QR Code - Coral da ADUFRGS cantou “My Way”, de Frank Sinatra, uma das músicas preferidas de Lúcio Hagemann



## Perfil

O professor aposentado Lúcio Hagemann é formado em Filosofia, com especialização em Psicologia. Atuou como servidor administrativo, professor, chefe de gabinete do reitor, coordenador regional do CNPq e militante do Movimento Docente, período em que foi por três vezes vice-presidente da Adufrgs-Sindical e igual vezes vice-presidente do Conselho de Representantes. Lúcio Hagemann aposentou-se do quadro de professor da Universidade em 1987.



# Adufrgs-Sindical no Prêmio Pesquisador Gaúcho

Cerimônia reuniu pesquisadores, professores e personalidades do meio político e acadêmico no dia 20 de outubro, no Salão de Convenções da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

Por Maricélia Pinheiro

O 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira, entregou o prêmio destaque na categoria Educação e Psicologia ao professor Marco Antônio Moreira, do Instituto de Física da UFRGS. O Sindicato, uma das três entidades apoiadoras do evento, esteve representado também pelo 1º secretário, Ricardo Francalacci Savaris.

O presidente da Fapergs, Abílio Baeta Neves e o secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Renato de Oliveira, ambos professores da UFRGS e filiados à Adufrgs-Sindical, agradeceram o apoio da entidade.

Criado para incentivar a área da ciência e tecnologia, o Prêmio Pesquisador Gaúcho, promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), agraciou 10 cientistas que contribuíram para o desenvolvimento estadual.

Além de Marco Antônio Moreira, também foram premiados a professora do Instituto de



Letras da UFRGS, Rita Terezinha Schmidt, na categoria Artes e Letras; David Driemeier, da Faculdade de Veterinária da UFRGS, na categoria Ciências Agrárias; Moacir Wajner, do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, na categoria Ciências Biológicas; Jorge Castellá Sarriera, do Instituto de Psicologia, na categoria Ciências Humanas e Sociais; Sílvia Stanisquaski Guterres, da Faculdade de Farmácia, na categoria Ciências da Saúde; e Marcelo Gattermann Perin, da PUC/RS, na categoria Economia e Administração.

Receberam ainda o prêmio Mariane Araújo Branco (Jovem

Inovador), graduanda em Medicina na UFRGS; Aline de Oliveira Ogliari (Pesquisador na Empresa), doutoranda em Odontologia na UFPel; Jandir Miguel Hickmann (Destaque Especial ao Ano Internacional da Luz), docente no Instituto de Física da UFRGS.

A medalha Sylvio Torres ficou com o médico veterinário, professor e pesquisador da UFRGS, Jorge de Almeida Guimarães, que foi presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por 11 anos e recentemente tomou posse na Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), em Brasília.

O engenheiro agrônomo João Ruy Jardim Freire, ex-professor da UFRGS, falecido em março aos 92 anos, foi lembrado pela relevância de seu trabalho na área de ciências agrárias. A esposa Alayde Dorneles Freire e os filhos receberam a placa *in memoriam*. ■

# Oito atividades de extensão levam nota máxima em edital do MEC

Por Araldo Neto

Já são conhecidas as atividades de extensão universitária contempladas com recurso no concorrido edital Programa de Extensão Universitária (Proext) 2016 do Ministério da Educação (MEC). Entre projetos e programas, Ufrgs, Ufcspa e IFRS somam 20 ações. A Ufrgs teve cinco programas e oito projetos de extensão escolhidos, o que vai garantir cerca de R\$ 2,2 milhões para a universidade auxiliar na execução destas atividades.

Na Ufcspa, foram quatro programas e dois projetos contemplados, totalizando mais de R\$ 1,3 milhão para serem investidos nestas ações. O único projeto contemplado do IFRS pertence ao Campus Porto Alegre. Trata-se da “Capacitação para professores em construção de jogos educacionais para o ensino fundamental”, da professora Márcia Häfele Islabão Franco.





Das 20 propostas contempladas nas três instituições, cinco atividades de extensão da Ufrgs e três na Ufcsa obtiveram nota máxima no Edital. Uma delas foi o projeto “Grupo de Brincantes do Paralelo 30 – Cultura popular sob uma perspectiva transdisciplinar”, coordenado pelo professor do curso de Dança, Jair Felipe Bonatto Umann. A atividade foi destaque na edição 211 na Revista Adverso. O grupo foi vencedor do prêmio Açorinos de Dança – categoria Danças folclóricas/étnicas em 2014. O projeto se dedica ao estudo e aplicação prática de diversas manifestações da cultura popular brasileira como danças, folguedos, músicas, poesias e jogos. Também garantiram a nota 100, na Ufrgs, os projetos “Oficinas fonoaudiológicas para a terceira idade” e “Meninas fazendo Ciências exatas, engenharias e computação”, e os programas “Vidas em movimento: atividades físicas e socioeducativas de lazer com idosos” e “Centro de Referência em Direitos Humanos, Relação de Gênero, Diversidade Sexual e Raça”. Na Ufcsa, foram avaliados com nota máxima o projeto “Criação de ferramentas pedagógicas que promovem a acessibilidade em Biologia Celular e Tecidual recorrendo a softwares de modelagem e impressão 3D” e os programas “Assistência, Ensino e Pesquisa em Genética Clínica” e “Cuidando da Farmácia Caseira”.

Em concorrência ainda maior do que em anos anteriores, as propostas na Ufrgs passaram por



Sandra de Deus: qualidade dos projetos de extensão tornarão a disputa pelo edital cada vez mais acirrada

seleção interna e por avaliação em nível nacional (por Comitê Técnico Multidisciplinar/MEC). No total, a Ufrgs encaminhou 55 propostas ao Ministério. Destas, 48 foram classificadas, sendo que 13 receberão recursos para execução em 2016. A pró-reitora de Extensão (Proext) da Ufrgs, professora Sandra de Deus, explica que a inclusão de instituições comunitárias, a partir de 2014, ampliou a disputa. Antes, o edital era exclusivamente para instituições públicas, federais, estaduais e municipais e Ifes. De acordo com Sandra, para ser contemplado, o projeto precisa conseguir uma nota bastante elevada. “Uma ação de extensão, para ser reconhecida nacionalmente, precisa ter grande impacto social, pois passa por uma série de avaliações”, destaca. Como exemplo, a pró-reitora cita o programa “Atelier de Parafernália: Diferença, Artes, Educação”, coordenado pela professora da Faced, Daniele Noal Gai, que atingiu a nota

96,5 e, mesmo assim, não conseguiu recursos no edital Proext 2016. Para a professora, o fato da Ufrgs ter obtido nota máxima em cinco propostas é um resultado fantástico para a extensão universitária.

No edital Proext 2015, a Ufrgs foi contemplada com recursos em 25 propostas. Para 2016, esse número vai cair para 13. A pró-reitora de Extensão reconhece que esperava um número maior. “Esse número indica que cresceu a disputa pelo bolo. Isso denota o grau de qualidade das ações de extensão no país inteiro. Com essa qualidade tu vais ter uma disputa que cada vez é mais acirrada”, destaca. Segundo Sandra de Deus, a razão para a universidade sempre ter atividades de extensão reconhecidas passa pela estrutura interna da pró-reitoria, que dá suporte na assessoria técnica e financeira aos projetos. “Isso sempre faz com que tenhamos uma demanda muito grande de programas e projetos disputando o Proext”,



Raquel: acolhimento e formação, simultaneamente.



## CRDH – NUPSEX

Centro de Referência  
em Direitos Humanos, Relações de Gênero,  
Diversidade Sexual e Raça

### Programa atende vítimas de discriminação

destaca. Hoje, a Ufrgs conta com mais de 1,5 mil projetos e programas de extensão. Promover a garantia dos direitos humanos, sobretudo em relação ao racismo e à violência contra mulheres bissexuais e transexuais, gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros. Esse é o objetivo do Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (CRDH), um programa de extensão universitária do Instituto de Psicologia da Ufrgs, que recebeu nota máxima no edital Proext 2016. A coordenadora da atividade, professora Raquel da Silva Silveira, explica que o Centro de Referência trabalha basicamente em dois eixos: acolhimento e formação. O programa capacita profissionais da rede de serviços da área de educação, saúde, assistência e segurança com relação à temática de gênero, diversidade sexual, identidade de gênero e a

interseccionalidade racial. Por outro lado, ele trabalha no acolhimento e orientação de pessoas vítimas de preconceito em relação ao seu gênero, sexualidade e/ou raça. “Montamos um circuito de ações para essas pessoas, porque a rede não está qualificada ainda. Estamos fazendo as duas coisas simultaneamente: acolhimento e formação. Também estamos formando estudantes da psicologia, enfermagem e saúde coletiva, que possam atender de forma qualificada essas pessoas”, destaca.

Transexuais têm sido o público que mais busca atendimento no Centro. Entre os serviços oferecidos, o programa presta auxílio para a troca do registro do nome civil. Raquel questiona que a população não é educada para discutir identidade de gênero. “O dia a dia da pessoa transexual é o tempo inteiro de violência. Não tem trégua nunca. É

uma experiência de vida que nos coloca em xeque. É um tema muito desafiador”, informa. O CRDH já ultrapassou a marca de 10 mil atendimentos em formação, organização de eventos e acolhimento. Desde 2012, como atividade de extensão da universidade, o programa é ligado ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (Nupsex), envolvendo os projetos com os três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Em torno de 20 pessoas, entre professores, bolsistas e voluntários, formam o grupo de trabalho do Centro. A equipe conta com cotistas, trans, negros, mulheres, lésbicas e homossexuais, garantindo, assim, a representatividade entre as pessoas que o CRDH procura acolher. Agendamentos de acolhimento destas demandas podem ser feitos pelo email [nupsex@gmail.com](mailto:nupsex@gmail.com).



## Projeto incentiva participação feminina na área científica e tecnológica

O número de mulheres que ingressam nos cursos de ciências exatas é baixo. No curso de Física, por exemplo, 30% são mulheres. Um percentual baixo, que decai ao longo da carreira, chegando a 20% durante o mestrado e doutorado e a 15% na carreira acadêmica. “Há um efeito chamado tesoura. Tu vais mais adiante e olha quantos pesquisadores têm bolsa de pesquisa. No nível 1 do CNPQ tem 5% de mulheres, por exemplo. O corte é abrupto”, afirma a coordenadora do Projeto “Meninas fazendo Ciências Exatas, engenharias e computação”, professora Carolina Brito. Visando modificar este cenário, o projeto tem como objetivo produzir e testar um plano de ações capaz de impactar de maneira sensível o interesse de meninas pela Ciência e Tecnologia e sua disposição para perseguir carreiras na área. Para isso, a atividade desenvolve uma série de ações, como levar ensino de ciência, astronomia e física para as escolas, promoção de palestras feitas por professoras do Instituto de Física da Ufrgs e produção de vídeos motivacionais para difusão de depoimentos, destacando a realização profissional de mulheres nos campos de Ciência e tecnologia.

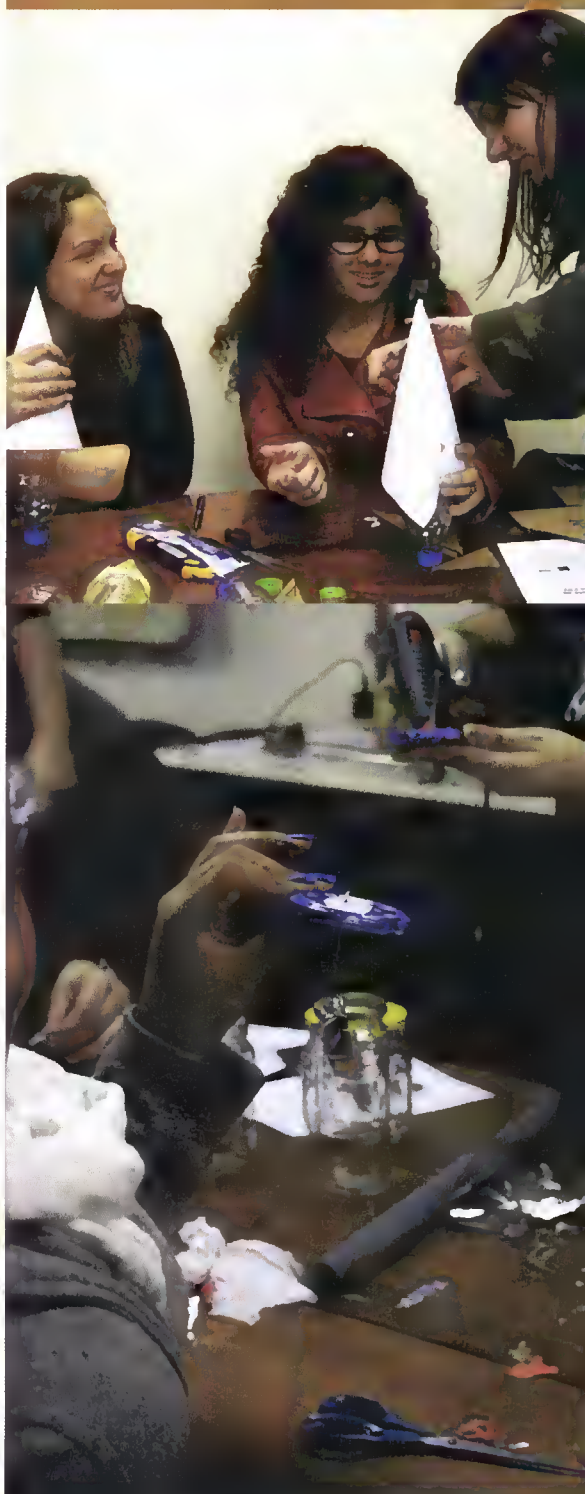
Durante as ações, são reali-

zadas pesquisas com os estudantes das últimas séries do ensino fundamental e também do ensino médio, para saber se as meninas gostam de ciência e se elas se enxergam trabalhando na área. Segundo Carolina Brito, não existe diferença entre meninas e meninos na questão de gostar de ciências. “A diferença principal é que elas não se vêem atuando nestas áreas. Depois das oficinas, há uma pequena mudança nesse perfil. Elas começam a se enxergar. Para nós é bem positivo. Tu tens lá um percentual de meninas que talvez comece a pensar a fazer um curso de exatas. Essa é a nossa principal vitória por enquanto”, relata.

O observatório técnico anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) mostra que as mulheres respondem por 25% da procura em cursos como engenharias, produção, construção e ciências exatas. Ou seja, a procura nestas áreas é muito baixa em todo Brasil. “Se queremos desenvolver o País com ciência e tecnologia, temos que ter mais pessoas nessa área. E se queremos mais pessoas para essa área, não podemos dar ao luxo de perder as meninas”, conclui. Para saber mais informações sobre o projeto de extensão, basta acessar [www.ufrgs.br/meninasciencia](http://www.ufrgs.br/meninasciencia).



Carolina Brito: oficinas ampliam chances de meninas cursarem exatas.





Roberta Baggio: imigrantes desconhecem legislação brasileira.

## Assessoria jurídica gratuita para imigrantes e refugiados

O Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (Gaire) presta gratuitamente assessoria jurídica, psicológica e social a imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio. O trabalho do grupo de extensão universitária envolve a atuação multidisciplinar e voluntária de estudantes e de profissionais de diversas áreas, como Direito, Relações Internacionais, Psicologia, Letras, Ciências Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social. O Gaire integra o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju), que está vinculado ao curso de Direito da Ufrgs, projeto que possui mais de 65 anos de experiência na promoção dos Direitos Humanos. Coordenadora do projeto de extensão, a professora Roberta Baggio destaca o protagonismo dos estudantes como a principal característica do Gaire. “São eles que, de fato, tocam o trabalho. Fazem a seleção de bolsistas e definem os advogados que irão trabalhar”, afirma.

O alto grau de desconhecimen-

to da legislação brasileira sobre imigrantes e refugiados torna o trabalho da assessoria jurídica fundamental no papel de orientar o migrante sobre seus direitos e deveres. As questões tratadas pelo Gaire envolvem pedidos de naturalização e de nacionalização, vistos, previdência, casamento, acesso à educação e à saúde, entre outras. “Geralmente são problemas de documentação, questões desse tipo, que são burocráticas, mas imprescindíveis para a pessoa fixar sua residência aqui”, informa a professora. O Gaire também realiza um trabalho específico no Bairro Sarandi, em Porto Alegre, em oficinas que atendem haitianos e senegaleses. “O objetivo é que eles compreendam um pouco da nossa complexidade jurídica, para que se empoderem dos seus direitos”, justifica.

De acordo com Roberta Baggio, a verba do edital do Proext 2016 vai propiciar que o Gaire desenvolva vídeos explicativos no youtube sobre o direito de imigrantes e refugiados, e

também aprimore o atendimento no Saju. “Às vezes, a gente precisa de tradutores. Com o recurso do MEC, poderemos pagar um bolsista”, ilustra.

O Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados possui um forte trabalho em rede. Destaque para as parcerias com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com a Associação Antonio Vieira (ASAV) e com o CIBAI Migrações. Além disso, o Gaire integra o Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH), o Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT-RS) e tem representantes junto ao Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre ações de Migração e Refúgio (CASC-Migrante) da Secretaria Nacional de Justiça. Para agendar atendimento com o grupo de assessoria jurídica, basta entrar em contato através do telefone (51) 3308.3967 ou por e-mail: [gaire-saju@gmail.com](mailto:gaire-saju@gmail.com).



Especial

# Desbravando a Gastronomia Gaúcha

Por Araldo Neto

## Professores da Ufcspa identificam hábitos alimentares dos gaúchos

Identificar os hábitos alimentares nas diversas regiões do Rio Grande do Sul, buscando compreender a comida como identidade de grupo dentro das relações sociais, culturais e econômicas. Este foi o objetivo do Programa RS Mais Gastronomia, ação desenvolvida pelo GT de Gastronomia do Governo do Rio Grande do Sul, de 2011 a 2014. O estudo, desenvolvido através de um edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), contou com a participação de quatro instituições, entre elas a Ufcspa. O resultado foi o projeto de pesquisa "Cozinha Gaúcha: um resgate dos sabores e saberes da gastronomia do Rio Grande do Sul".

Cada instituição envolvida no programa ficou responsável por detalhar a gastronomia

em uma região do Estado. Coube aos pesquisadores da Ufcspa investigar os municípios de Camaquã, Charqueadas, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Turuçu. Além da pesquisa histórica, foram realizadas também entrevistas com idosos, tradicionalistas, centro comunitários, proprietários e cozinheiros de bares e restaurantes tradicionais ou típicos de cada localidade. "Buscamos aqueles pratos que estávamos perdendo a receita e a origem, que estavam só na memória da avó, que passou para a filha e que não tem registro em lugar nenhum. O nosso objetivo era documentar isso para não perder", explica a coordenadora do projeto pela UFCSPA, professora Carolina Kechinski.

Além da Carolina, que é engenheira de alimentos, o grupo de trabalho multidisciplinar foi composto pelas professoras Tainá Zaneti (gastróloga), Isabel Kasper Machado e Valdeci Zani, (nutricionistas), e pela professora da Ufrgs, Lorena Fleury (socióloga). O projeto de pesquisa contou ainda com a participação de sete bolsistas da área de gastronomia, nutrição e ciências sociais. Para a ex-presidente da Fapergs e atual diretora do Instituto de Química da Ufrgs, Nadya Pesce Silveira, o objetivo do edital da Fundação era provocar a interdisciplinaridade em uma área de visibilidade social. “À época, a Fapergs aceitou esse desafio porque, historicamente, se vinha financiando basicamente projetos em áreas específicas do conhecimento. Hoje em dia, se sabe que a interdisciplinaridade é muito importante em algumas áreas. No momento que tu falas sobre gastronomia, muitas pessoas vão ler, mesmo não tendo nada a ver com pesquisa científica. Realmente, foi o que aconteceu. O projeto possibilitou o resgate de vários conhecimentos de regiões do Rio Grande do Sul sobre alimentação e gastronomia”, afirma.

### **Churrasco e carreteiro são os pratos mais consumidos pelos gaúchos**

Com base nas andanças dos pesquisadores pelas cidades, verificou-se aquilo que era previsível. Segundo a professora Isabel Kasper Machado, os hábitos de alimentação apresentam diferenças de uma cidade para

outra, porém o churrasco é a espinha dorsal da gastronomia gaúcha. “Aonde tu vais tem churrasco”, constatou a professora, que visitou cidades da região sul do Estado. Além do churrasco, o carreteiro é outro prato típico que está presente na mesa das famílias das cidades visitadas. Mesmo nas localidades que possuem forte influência da colonização italiana, alemã ou portuguesa, percebe-se uma forte ligação com a culinária gaúcha, o que, segundo a pesquisa, demonstra uma unidade de identidade regional. O estudo aponta que, apesar da celebração das tradições ainda resistirem, as receitas, saberes e modos de preparo não estão sendo transmitidos para as novas gerações. Outro problema: as pessoas que colaboraram com a pesquisa não documentam as receitas, fato que prejudica a manutenção da cultura alimentar. De acordo com a professora Tainá Zaneti, a maior parte dos entrevistados afirmou que guarda apenas na cabeça o passo-a-passo do preparo destes alimentos. “Quando a pessoa morrer, a receita se perde. Então, é importante que a gente faça esse resgate”, afirma.

O estudo concluiu também



que, em meio ao processo de globalização e consumo cotidiano de produtos processados, muitas receitas, técnicas e pratos tradicionais foram se modificando ao longo do tempo, pela busca de praticidade. A professora Tainá Zaneti afirma que uma tradição só perdura com o tempo se ela se adaptar. Como exemplo, cita as diferenças no carreteiro que era feito, de uma geração para outra, em uma família que participou da pesquisa. Enquanto os avós faziam o próprio charque e preparavam o carreteiro em uma panela de ferro, no fogão a lenha, a geração dos netos compra o charque no supermercado, sem a mesma qualidade, e faz sua versão de carreteiro em um fogão a gás. “A pessoa não pode mais passar cinco horas na





Churrasco é a espinha dorsal da gastronomia gaúcha. Isabel (e) e Tainá (d).

frente do fogão. Então, ela faz o carreteiro do seu jeito. Você consegue manter a tradição quando se adapta às novas demandas da vida”, argumenta. No entanto, a pesquisa revela que as tradições gastronômicas se mantêm vivas nos núcleos familiares e nas comunidades, preparadas, principalmente, aos domingos e dias de festa, manifestando, assim, os traços étnicos que compõem a identidade de grupos.

Na avaliação dos professores envolvidos com o projeto, o resultado da pesquisa foi muito satisfatório. Para a professora Isabel Machado, os gaúchos, de um modo geral, acabam exaltando sempre os mesmos hábitos, enquanto outros costumes, que também fazem parte da herança cultu-

ral gaúcha, são desconhecidos pela maioria das pessoas. “Isso é muito ruim, porque várias etnias construíram o Rio Grande do Sul. Essas características e curiosidades levantadas pela pesquisa precisam ser trazidas à tona, tanto para a valorização cultural quanto comercial. Muitas famílias poderiam viver da comercialização desses produtos, mas hoje não são valorizados”, destaca. A professora Tainá informa que o edital foi a primeira política pública, que visa valorizar a gastronomia regional. “Só isso já é uma inovação social incrível. Até então, ninguém via a gastronomia como uma prática cultural. Quando você pensa em política pública, você pensa em um meio de desenvolver algum setor da

sociedade. E para que ele se desenvolva, é preciso conhecê-lo”, afirma.

Nadya Pesce Silveira, lembra que a verba que financiou o edital veio do governo do Estado, e não do orçamento da Fundação. Ao todo, foram investidos R\$ 451 mil para incentivar a culinária regional e o turismo em todas as regiões gaúchas. “Foi um duplo ganho para a Fapergs, que recebeu recursos para uma área que ainda não tinha uma investigação interdisciplinar, e conseguiu fazer com que todos os pesquisadores do estado ficassem sabendo do edital e se habilitassem a participar”, comemora. O GT de Gastronomia foi criado em dezembro de 2011 pelo governador Tarso Genro, para valorizar e

integrar a diversidade cultural do Estado, reunindo uma grande rede institucional de pesquisa gastronômica. Além de resgatar receitas tradicionais, divulga as características das etnias regionais inseridas na culinária gaúcha, como a influência das imigrações italiana, alemã, indígena, portuguesa e espanhola. No entanto, o GT de Gastronomia não teve continuidade no atual governo do Estado.

A pesquisa foi desenvolvida durante oito meses. Além da Ufcsa, também colaboraram no edital a UFSM, com o projeto "As práticas culinárias domésticas dos nipobrasileiros: registrando e preservando um patrimônio intangível", a Uergs, com "Imigração italiana na serra gaúcha: o resgate da origem do patrimônio alimentar e os desafios em tempos de industrialização e globalização da alimentação", e a Universidade Regional Inte-



Nadya Pesce: projeto visa provocar a interdisciplinaridade na gastronomia.

grada do Alto Uruguai e das Missões (URI), com "A dinâmica socioeconômica e histórico-cultural da emblemática gastronomia missioneira".

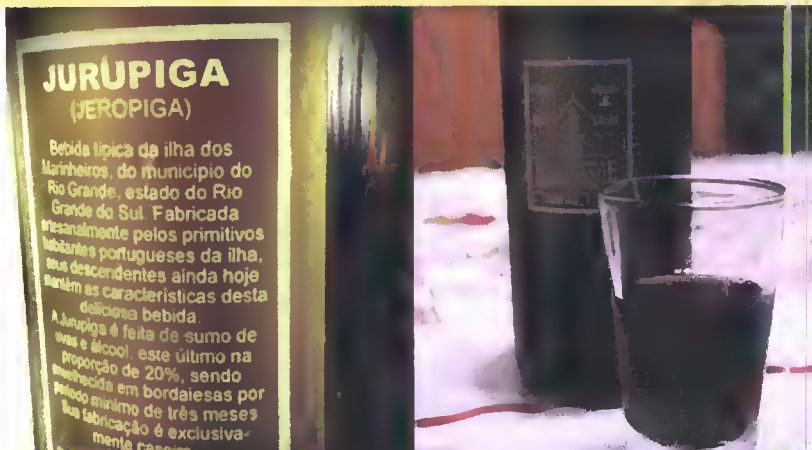
Confira a seguir, algumas curiosidades relatadas pelas professoras nas cidades alvo da pesquisa.

### Charqueadas sem charque

O charque não representa mais o município de Charqueadas, município localizado na região Carbonífera. A conclusão está na pesquisa realizada pelos professores da Ufcsa. Nenhum dos moradores entrevistados na cidade afirmou consumir a iguaria. Apesar da ligação histórica com as charqueadas, o pouco charque que é consumido não é fabricado no município.

### O sumiço das ovelhas em Jaguarão

De acordo com a professora Tainá, Jaguarão era conhecida como a cidade das ovelhas. O grupo de pesquisadores embarcou para o município, no extremo sul do Estado, a fim de saborear um belo churrasco de ovelha. Chegando lá, a frustração. Nenhum restaurante da cidade serve este tipo de carne. Para saboreá-la, é necessário atravessar a fronteira para o lado uruguaio. Um dos entrevistados afirmou que, há 50 anos, o seu pai tinha 37 mil cabeças de ovelha, mas os campos destinados à criação de ovinos, com o tempo, foram sendo substituídos pela produção de grãos. "É algo chocante, tu teres 37 mil ovelhas e hoje em dia não ter nenhuma", avalia a professora.



### Você conhece a Jurupiga?

"Isso é uma relíquia!" É assim que a professora Isabel Kasper Machado define a bebida artesanal produzida por uma única família na Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande. Trata-se da Jurupiga, feita com o sumo da uva, acrescida de álcool de licor. A bebida é uma herança da colonização portuguesa na região, e a sua produção ocorre da mesma forma que acontecia antigamente, no norte de Portugal. Isabel relata que a tradição de preparar a Jurupiga já atravessa três gerações na única família produtora. "Se eles pararem de produzir, ninguém vai mais conhecer", afirma. A bebida é atrativo turístico em Rio Grande, podendo ser encontrada em feiras e lojas da cidade.



## Turuçu: terra da pimenta, morango e do caldo turuçuense

Turuçu, no sul do estado, está em fase de construção de sua história e cultura. Logo depois de emancipado de Pelotas, há 20 anos, a gestão do município verificou a necessidade de criar uma marca para a cidade, no intuito de incentivar o turismo. Com este intuito, a cidade adotou o título de “Capital Nacional da Pimenta”, já que a região era conhecida como produtora da especiaria. Para impulsionar a fama, foi construída a Casa da Pimenta, um centro de comercialização do produto e derivados, e instituída a festa anual da pimenta e do morango, outro produto produzido no município. Apesar dos dois produtos serem destacados como principais ingredientes para a construção da identidade da cidade, eles não são citados como parte do hábito alimentar dos moradores.

“Turuçu acaba tendo essa identidade da pimenta, relacionada, principalmente, à Casa da Pimenta, que é um centro de produtores, com um aspecto cultural muito forte”, destaca a professora Tainá. Outro destaque da culinária da cidade é o caldo turuçuense, preparado à base de legumes e temperado com pimenta. O caldo é uma das atrações da Festa da Pimenta e do Morango. “As tradições gastronômicas podem ser herdadas ou construídas ao longo do tempo. O caldo turuçuense é exatamente ao contrário. Ele foi uma tradição inventada, é um chamariz, que a sociedade local pode ou não incorporar como tradição. Pelo o que a gente conversou com as pessoas, isso ainda não aconteceu”, descreve a professora.



Turuçu: tradição inventada.



## Receitas tradicionais por um fio, em Piratini

A pesquisa realizada em Piratini revelou um sintoma preocupante. As receitas tradicionais não são mais passadas de geração para geração na cidade. Os entrevistados comentaram que, além de alguns poucos restaurantes que fazem comidas tradicionais, não está sendo feito nenhum tipo de ação para preservação dessas receitas. Da mesma forma, os entrevistados afirmam que não têm o costume de passar seus saberes tradicionais culinários para seus filhos e netos, e também que não tem nenhum tipo de arquivo dessas receitas. “As pessoas de lá não querem mais conservar essas tradições, principalmente os jovens”, diz Tainá. De acordo com a professora, algumas receitas centenárias acabam por se diluir na modernidade e ninguém fica com esse legado. “A pesquisa, nesse aspecto, é muito importante, porque resgata uma tradição culinária, que poderia morrer, mas passa a ser preservada como um patrimônio cultural imaterial. A história da construção cultural de um país também passa pelas tradições alimentares”, informa.





## Doces: tradicional x modernismo

Na época das charqueadas, o charque produzido em Pelotas era levado para todo o Brasil. O carregamento endereçado ao Nordeste era trocado por açúcar, na volta ao Estado. Isso impulsionou o desenvolvimento dos tradicionais doces pelotenses. Ovos e açúcar, água e alguma massa. Estes são os ingredientes utilizados para fazer Toucinho do céu, Pastel de Belém, Papo de Anjo, Pastel de Santa Clara, entre outras iguarias portuguesas. Mas segundo a pesquisa, os doces de Pelotas, que tinham origem lusitana, hoje agregam ingredientes modernos, industrializados e de diferentes nacionalidades. Mesmo assim, ainda é possível encontrar docerias que mantêm as receitas tradicionais. É o caso do estabelecimento “Delícias portuguesas”, localizado no coração da cidade. O grupo de pesquisadores entrevistou uma senhora que aprendeu as receitas com a mãe. “São muitos fiéis às receitas portuguesas. Quando tu provas aqueles doces, tu sentes uma superdiferença, e vê que eles são realmente feito nos moldes dos doces portugueses”, relata Isabel Machado.

## Hortelã para não estragar a carne

A professora Valdeci Zani visitou um restaurante que funciona dentro da Sociedade Libanesa, em Porto Alegre. Lá, ela entrevistou a família que está por trás das receitas árabes servidas no local. Uma curiosidade chama atenção. A carne utilizada para os pratos, como o quibe, vem acompanhada de hortelã. E isso não é por acaso “Usava-se o tempero para evitar a criação de vermes, em função da carne ser consumida crua. Tudo para eles tinha um sentido econômico, cultural, histórico e emocional”, observa.

## Escondendo a receita

Coube à professora Valdeci Zani, a missão de desbravar as tradições gastronômicas nas mais diversas etnias em Porto Alegre. Na capital, ela visitou restaurantes italianos, árabes e portugueses. Uma constatação: enquanto libaneses fazem questão de divulgar suas receitas, os lusitanos escondem o jogo. Na cozinha italiana, a curiosidade fica por conta da participação de toda a família no preparo das receitas. Até mesmo as crianças entram no trabalho, ajudando a fechar o capeletti. ■

## Sugestão de Leitura

### A História da Alimentação no Brasil

Autor: Luis Câmara Cascudo

Editora: Global

Esta obra dá oportunidade para profissionais e curiosos em culinária de conhecer o que se come e bebe no Brasil, sob a influência de várias etnias, principalmente a portuguesa, a indígena e a africana. O autor pesquisou e selecionou os antigos costumes universais, comparando-os com os do Brasil, bem como a fabricação de objetos de uso no preparo da alimentação e até a padronização de horários.






# Assédio Moral na Universidade: cidadãos contra cidadãos

Silvia Generali da Costa\*

*O assédio moral é um tipo de violência que se manifesta por palavras, atos ou comportamentos agressivos, e que gera danos à autoestima, às relações sociais e à personalidade das vítimas. No caso específico do assédio moral no ambiente de trabalho, a violência pode se manifestar como prática gerencial para aumento de produtividade, tornando a empresa ambiente fértil para indivíduos com tendências perversas. Marie-France Hirigoyen, 2002*



**Cena 1:** No dia 16 de abril de 2015, às 17h, eu e minha filha fomos assaltadas por dois indivíduos armados. Levaram o carro, a bolsa, quase todos os CDs (exceto o da Rita Lee, cuja mensagem não deve ter soado atraente aos jovens meliantes), livros (todo professor tem livros no carro), telefone, não sei o que mais.

Meus amigos me consolaram: “- Vão-se os anéis, ficam os dedos”.

**Cena 2:** Vou à Delegacia de Polícia registrar a ocorrência. Encontro uma placa: fechado das 19h às 21h. Motivo: horário de jantar do escrivão. Retorno às 21h30min. Só há um escrivão para registrar todas as ocorrências da zona. Ao menos está de barriga cheia. Por enquanto.

**Cena 3:** Exatos 6 meses depois, no dia 16 de outubro de 2015, às 17h, fomos novamente assaltadas. Um “elemento”, para utilizar a linguagem do jornalismo policial, armado, levou o carro novo, com quatro mil quilômetros, o celular, a bolsa, os CDs, os livros. Já vi esse filme.

Meus amigos, solidários como sempre, me abraçaram, me deram apoio moral e logístico e tentaram me consolar. Quase todos, se não todos, disseram: “- Que bom que só levaram o carro, que não aconteceu nada com vocês, então não foi nada”.

**Cena 4:** Vou à delegacia de polícia registrar ocorrência. Sou recebida pelo único escrivão da DP, com ar visivelmente estressado. Quem sofre é o computador, cujos teclados são espancados a cada nova informação registrada. Ele conta que sua casa alagou com as últimas tempestades. Solidarizo-me com ele. A minha também alagou.

Os amigos, que me acompanham no registro policial, dizem: "- Pior o pessoal que mora nas ilhas, estes perderam tudo".

**Cena 5:** Assisto no jornal da noite, na televisão, policiais perseguindo suspeitos. Lembro-me de cenas recentes de outros policiais espancando professores e sindicalistas. Não faz muito, a manchete do dia era o parcelamento dos salários dos funcionários públicos estaduais.

Meus amigos, aliviados, dizem: "- Graças a Deus és professora federal e não foste afetada".

**Cena 6:** Tomo conhecimento, através de uma manifestação dos técnico-administrativos do meu departamento na Universidade, que houve um caso de assédio moral contra um funcionário. Procuro saber detalhes, mas não descubro nada. O Diretor expede um comunicado afirmando que irá investigar o ocorrido. Não sei mais nada sobre o que aconteceu.

Sem amigos por perto, penso, com indisfarçável alívio: "- Desta vez não foi comigo".

Não é necessário muito esforço intelectual para percebermos o que estas cenas têm em comum: a violência, o consolo de que poderia ter sido bem pior e a sensação de alívio porque o pior não aconteceu comigo. Foi com o outro. O outro, com o qual me comparo e penso que estou melhor do que ele, portanto, não tenho do que me queixar, ao menos até que algo de pior aconteça comigo.

Christophe Dejours, em seu livro *A Banalização da Injustiça*

Social, já falava sobre este mecanismo de defesa coletivo em relação ao mundo do trabalho. O autor observou que a existência dos desempregados serve de alerta aos empregados para que não se queixem de sua situação: tudo poderia ser ainda pior. Aceitem quaisquer condições laborais, há algo ainda mais terrível à espreita, sugerem as manchetes sobre o aumento dos índices de desemprego e da precarização crescente das relações de trabalho.

Assim, vamos aceitando a violência, o assédio moral, a desigualdade social, a desvalorização da carreira de professor e a depreciação dos salários.

Já afirmei em outro artigo, "Assédio Moral em Empresas do Rio Grande do Sul: uma Análise em Processos Jurídicos" (em fase de submissão a periódico especializado), que o assédio moral pode ser analisado de diferentes ângulos.

Podemos pensá-lo do ponto de vista dos indivíduos perversos, que sentem prazer em humilhar seus semelhantes, em exercer o poder, e acreditam estarem se valorizando ao desvalorizar o outro.

Podemos pensar o assédio moral como um fenômeno organizacional, através do qual instituições perversas massacram seus membros, a fim de atingir suas metas a qualquer custo.

Podemos pensar que o assédio moral é resultado do conflito capital-trabalho e que, através deste tipo de violência, o capital obtém maior lucratividade.

Podemos pensar, finalmente, que o assédio moral é um fenô-

meno social, resultante da cultura individualista, narcisista e competitiva da sociedade ocidental no século XXI.

Vamos refletir sobre cada um destes pontos.

Existem indivíduos perversos na Universidade? Provavelmente sim, eles estão representados estatisticamente em todas as categorias profissionais. Entretanto, alguns indivíduos perversos não seriam capazes de explicar, isoladamente, o desconforto e o adoecimento dos professores na Universidade Pública.

O assédio moral é resultado de uma universidade perversa, que assedia a todos na busca por melhores indicadores? Nesta suposição, que resultados para a sociedade podem os professores obter sob o drama do assédio moral? O sofrimento leva a produzir mais? Dejours diz que é possível, até certo ponto, que o medo seja utilizado como motor da inteligência. Mas a tranquilidade e a confiança também são ótimas indutoras da produção intelectual. O que a Universidade está fazendo para proteger seus membros do assédio moral? Como os casos estão sendo denunciados, investigados, esclarecidos e encaminhados?

O assédio moral na universidade é fruto da relação capital/trabalho? Seria mais adequado afirmar da relação estado/trabalho e da relação estado/educação.

A universidade é fruto de uma sociedade individualista e narcisista? Sim, como os valores sociais não iriam influenciar as instituições públicas?

É preciso, primeiramente,



admitir os fatos para depois poder enfrentá-los.

Fernanda Zanin, Luis Allan Künzle, Margarida Barreto e Roberto Heloani trouxeram uma análise interessante do assédio moral aos professores de universidades públicas no capítulo "Modificações Neoliberais na Universidade Pública Brasileira: Cenário Propício para o Assédio Moral no Trabalho", do livro "Estado, Poder e Assédio: Relações de Trabalho na Administração Pública", de José Antônio Peres Gediél, Eduardo Faria Silva, Fernanda Zanin e Lawrence Estivalet de Mello (Organizadores), da Kairós Edições, recentemente lançado. Afirmam os autores que:

*Ao longo das últimas décadas, o trabalho acadêmico sofreu mudanças significativas, adquirindo uma nova conformação. Erudição, universalidade, pesquisas longitudinais e com profundidade, cooperatividade, entre outras características foram substituídas por pesquisas focalizadas e fragmentadas, valorização da quantidade de publicações, criação de rankings e competitividade e individualismo entre colegas de trabalho. Este novo ambiente de trabalho nas universidades públicas tem propiciado o aumento de casos de violência, entre eles o assédio moral.* (p. 185)

Conforme os autores salientaram, hoje os professores são vistos como "produtivos" (os que publicam muito, em "boas" revistas) e os "improdutivos". Aos primeiros, prestígio e acesso a recursos. Aos últimos, o

**"É notável como a mudança de paradigmas da educação pública encontrou eco e acolhida em meio ao individualismo e à impotência dos docentes. A lógica do "winner" está colocada. Aos "losers", entregue-se salas de aula deterioradas, disciplinas defasadas do curriculum e turmas lotadas, e não os deixem participar das decisões."**

ostracismo. Assim, os critérios de concessão de financiamentos e de avaliação dos professores transformaram o modelo de gestão em solo fértil para o assédio moral.

Sandro Bergue, autor de Gestão Estratégica de Pessoas em Organizações Públicas, alertou-nos sobre a importação de mecanismos gerenciais da iniciativa privada para o setor público, sem as devidas adaptações, a partir dos preceitos da Nova Administração Pública defendida por Bresser Pereira e Fernan-

do Henrique Cardoso.

Nesta perspectiva, os conceitos de produtividade, competência, competitividade, racionalidade e empregabilidade foram entranhados em um ambiente público e burocrático, sob a alegação de que é preciso fazer "o elefante dançar" (referindo-se ao peso da burocracia) e de que "os professores públicos podem ser mais eficientes".

Resultado da premissa de "fazer mais com menos", o número de alunos em sala de aula aumentou drasticamente, as condições de trabalho pioraram e os salários ficam cada vez mais achatados.

Como Zanin e os colegas observaram, hoje o professor é um empreendedor, que busca, através de iniciativas individuais, financiamentos para suas pesquisas e complementação salarial. Acontece que a maioria dos professores atua sob o regime de Dedicção Exclusiva. Assim, é preciso obter recursos externos, mas não se pode fazê-lo dentro da legalidade, gerando mais conflitos e estresse. Citando novamente Dejours, temos o conflito entre o trabalho real e o trabalho prescrito.

Vivemos em um modelo de "fordismo acadêmico", segundo os autores, no qual todos são pressionados a produzir, dos bolsistas de iniciação científica aos estudantes de mestrado e doutorado.

Trabalhos finais de disciplinas de pós-graduação? Tese concluída? Isto rende dois ou três artigos! Como resultado, quantidade em detrimento da qualidade. A especificidade do traba-

lho intelectual e do perfil de cada professor não é levada em conta.

Soma-se a isso, ainda de acordo com os autores, a "divulgação dos rankings de produtividade" e de indicadores de eficácia e eficiência.

Estes rankings sempre me lembram do comércio varejista e seus cartazes de "funcionários do mês", expostos publicamente.

Alguém poderia pensar que não há assédio moral entre professores de uma universidade pública porque estes têm estabilidade, há isonomia salarial e são seus pares que gerem a universidade e os departamentos.

Entretanto, conforme apresenta Zanin e colaboradores, em diversas situações cotidianas se faz uso das estruturas de poder e das disfunções burocráticas como instrumentos de assédio moral. Tomo como exemplos a comunicação ineficiente, a hierarquia rígida e as regras engessadas, que se mostram como instrumentos privilegiados de assédio moral e comprovam a afirmação de Pires e Macêdo (2006, p. 14 apud Zanin e colaboradores, 2015, p.195) de que "nas organizações públicas, são as relações de estima e os jogos de influência os verdadeiros indicadores de poder no Brasil".

Assim, estresse, adoecimento, conflitos, falta de coleguismo e jogos de poder se tornaram parte do cotidiano dos professores de universidades públicas. É notável como a mudança de paradig-

mas da educação pública encontrou eco e acolhida em meio ao individualismo e à impotência dos docentes. A lógica do "winner" está colocada. Aos "losers", entregue-se salas de aula deterioradas, disciplinas defasadas do curriculum e turmas lotadas, e não os deixem participar das decisões.

É a violência aceita e institucionalizada. E aí ouvimos: "Ao menos tu não podes ser demitido". E nos consolamos com "o colega que não publica há meses....", aquele a quem olhamos com uma certa piedade e, ao mesmo tempo, um temor de contágio. O colega que não publica perde, simbolicamente, sua cidadania.

O assédio moral institucionalizado nos tira o que temos de humano: a solidariedade, a capacidade de sentir empatia, de nos fortalecermos como grupo, de lutarmos contra a violência. Cidadãos contra cidadãos, professores contra professores.

Quem sofre com isso, além dos professores e de seus familiares? Obviamente os alunos, que assistem a tudo alheios ou temerosos. Os de graduação, buscam carreiras alternativas e pequenos empreendimentos para criar para si uma possibilidade de trabalho menos hostil; os pós-graduandos, procuram transitar nas esferas de poder, fazer alianças, cooperar com o orientador de forma acrítica e, acima de tudo, "produzir artigos".

Outro dia me perguntaram por que eu andava com meus CDs favoritos no carro, se eu já havia

**"O assédio moral institucionalizado nos tira o que temos de humano: a solidariedade, a capacidade de sentir empatia, de nos fortalecermos como grupo, de lutarmos contra a violência. Cidadãos contra cidadãos, professores contra professores".**

sido roubada.

- Porque gosto de ouvi-los no carro - respondi - porque me acalmam no trânsito, porque fazem parte dos meus momentos de sossego.

- Mas e agora que foram roubados, vais continuar andando com CDs no carro?

- Vou - afirmei - não quero que a violência me tire a vontade de cantar e de ser levada pela música.

Também não quero que o assédio moral me tire a alegria de estar em sala de aula e de orientar meus alunos.

Não quero que a violência institucionalizada me deixe menos humana.



## Sugestão de Leitura

(Obras referenciadas no artigo)



Autora: Silvia Generali da Costa  
Editora: LTC  
Disponível para ler em: Android, Desktop,  
Ereader, IOS, Windows  
Ano: 2014  
ISBN: 9788521625810

**Comportamento Organizacional: Cultura e Casos Brasileiros** tem como objetivo abordar os principais tópicos da disciplina de uma maneira leve, atraente e dinâmica. Elaborado para alunos de graduação e especialização, este livro conta com uma grande diversidade de eixos temáticos e colaboradores com trajetórias heterogêneas, com o intuito de ampliar os conceitos fundamentais e mostrar que a interdisciplinaridade e a troca não só de conhecimentos, mas também de experiências podem enriquecer e impulsionar a vida dentro das organizações. Cada capítulo aborda um tema bem delimitado, partindo da conceitualização e de um panorama geral teórico para, então, recorrer ao relato da experiência de profissionais brasileiros, representativos e bem-sucedidos em suas áreas. **Comportamento Organizacional: cultura e casos brasileiros** mostra que não existe uma única fórmula de sucesso e realização para todas as pessoas. Além disso, a felicidade e o progresso das relações e da cultura de uma organização dependem da harmonização das diferenças para criar um ambiente singular, original e inédito, verdadeiramente preparado para os complexos desafios do mundo atual.

## Leia também

BERGUE, Sandro Trescastro. *Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público*. São Paulo: Atlas, 2014.

BERGUE, Sandro Trescastro. *Modelos de Gestão em Organizações Públicas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social*. São Paulo: FGV, 2007.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Mal-estar no Trabalho*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

# Transcrição da diferença em educação: currículo e didática da tradução

Sandra Mara Corazza<sup>1</sup>

Como pensar a educação em termos de processos de criação? Qual é a especificidade dos atos de criação do professor? O que implica ter uma ideia em currículo e em didática? Em que consistem os seus meandros e limites? Como se dão as ações de ver, falar, escrever, interpretar e traduzir, de maneira curricular e didática? Como acontecem a produção de informes curriculares e a irrupção de novidades didáticas? Para criar, em currículo e didática, em que medida precisamos de outros processos, como os literários, cinematográficos, musicais, plásticos? Como a criação didática e curricular atribui valor e sentido a elementos de perceptos e afectos, fabulados pela arte; das funções, produzidas pela ciência; e dos conceitos, criados pela filosofia? Como processamos esses elementos e os integramos ao mundo educacional universitário? Ao educar, criamos didáticas e currículos? De que tipo?

Tomando tais questões como desafios, este texto resulta de

pesquisas feitas pelos participantes do projeto Escriteiras: um modo de ler-escrever em meio à vida, apoiado pelo Programa Observatório da Educação (Capes-Inep), desenvolvido entre 2011 e 2014, sob a coordenação geral da Faced/Ufrgs.

## Processo de tradução

Em transcurso e circuitos de tradução, os professores movimentam os seus processos de pesquisa, criação e inovação, acolhendo e honrando os elementos científicos, filosóficos e artísticos – extraídos de obras já realizadas, que diversos autores criaram, em outros planos, tempos, espaços –, como as suas efetivas condições de possibilidade, necessárias para a própria execução; e, ao mesmo tempo, como o seu privilegiado campo de experimentação, necessário para as próprias criações. Com esses elementos, constituem um campo didático e outro curricular, formado por variações múltiplas e disjunções inclusivas, composto por linhas de vida e devires reais, pontos de vista

ativos e desterritorializações afirmativas.

A principal matéria de tradução é a vida mesma, considerada como processo de criação e expressa por encontros entre formas de conteúdo e de expressão do mundo sensível, histórico, linguístico. Ao educar, nos apropriamos dessas formas, desafiando as línguas que as produziram e liberando-as dos meios que as articularam. No entanto, como tradutores, conservamos traços dos elementos originais, transformando-os e agenciando-os de maneiras inusitadas. O nosso realismo não se reduz, assim, à mimese do real, pois buscamos, sempre, o outro misterioso da realidade, que possibilita a existência criadora. Contrários ao idealismo e ao racionalismo dogmáticos, suscetíveis a imagens de pensamento e às problemáticas culturais, nossos currículos e didáticas agitam-se num misto de empirismo transcendental, que valoriza a multiplicidade.

Dotando-se de função física, conceitual e operatória, o



processo de tradução da diferença movimenta-se da seguinte maneira: inicialmente, o currículo trabalha com a tradição e com as culturas – consideradas obras abertas e matérias amorfas –, expressas pelas criações originais das artes, ciências e filosofias. Escolhendo imagens, mediando espaços, lendo e reescrevendo signos, o resultado curricular é uma apreensão organizada, estruturada ou seriada, que acaba se transformando em um logos. Em seguida, este logos é disposto didaticamente, isto é, posto a circular e a funcionar, na cena dramática da aula, sua zona prática e proximal de criação em processo. Assim, dramatizadas, isto é, temporalizadas, atualizadas, as traduções, anteriormente feitas pelo currículo, são, então, novamente transformadas pela didática. E tudo recomeça, outra vez.

Esses processos tradutórios – do mundo, da vida, das culturas, do currículo e da didática – só podem funcionar sobre o plano empírico-transcendental da invenção, que liga o tempo cronológico e o tempo aiónico do acontecimento. Nas relações curriculares e didáticas, essa tradução transcriadora introduz novos códigos, modelos, ideias, gostos, vocabulários, sintaxes, estilos. Sendo mimética e não-mimética, capaz de anamorfoses, funciona com a força motriz das mudanças, quando relê, reescreve e repensa os autores, ideias, textos, fórmulas, códigos originais, como estágio do seu sobreviver, assegurando-lhes uma sobrevida, para que vivam mais tempo e de modo diverso.

Pela via do trânsito entre as matérias-fonte e as matérias-alvo, a tradução educacional requer

**“Contrários ao idealismo e ao racionalismo dogmáticos, suscetíveis a imagens de pensamento e às problemáticas culturais, nossos currículos e didáticas agitam-se num misto de empirismo transcendental, que valoriza a multiplicidade.”**

diálogos entre as línguas (da pesquisa, do ensino, da extensão, da gestão), sob condição que cada uma aceite tornar-se dupla de si mesma; desfuncionaliza, assim, a sua instrumentalidade e aproxima distâncias culturais. Por meio dos atos tradutórios, numa reconfiguração de si mesma, desestabiliza o status quo educacional, transtornando suas palavras, para lhe devolver o sentimento do diferente e o poder de conceber os outros. Vertendo, refratando, mesclando e reescrevendo saberes, desejos, sujeitos, valores, verdades, planos de pensamento e culturas, enceta ações recíprocas e desapropria pertencimentos identitários.

#### **Professor-tradutor**

Dessa maneira, o professor-tradutor não se obriga a transmitir o conteúdo literal ou verdadeiro dos elementos originais, nem faz cópia ou dublagem; não é um bufão, escravo ou ladrão dos autores e obras; não busca a

autenticidade textual; não preserva a essência dos originais; não goza de intimidade com as obras; não trata o original como sagrado; não remove a tampa de um poço escuro; não é filtro do autor ou chave do texto; não é fotógrafo, taxidermista ou anatomista; não é filólogo, erudito, paleólogo, hermeneuta; não é o traduttore-traditore (tradutor-traidor) do trocadilho italiano, nem o sourcier-sorcier (descobridor de fontes e mágico) dos franceses; não é autor-camaleão ou trad-revisor; não tira a casca que reveste uma fruta original; não faz treinamento na selva; nem protagoniza uma ressurreição.

Tampouco, suas traduções têm o escopo de servir como simples auxiliares à leitura dos originais ou de simplesmente transmitilos; logo, esse professor não é uma correia de transmissão, nenhum ministrante, nem aquele que “dá” aula, conteúdos ou cursos. Ao contrário, é um intérprete criativo (porque não pode não sê-lo), que transcria as matérias originais, transformando-as, em meio a um universalismo polimorfo e cosmopolita, de tipo transversal a governos, economias e mercados; o qual instala a diferença como condição de nosso viver no mundo, sem medo do novo e sendo dignos do antigo.

Em nossas ações de traduzir, cada elemento original é tratado como algo já criado, mas visto por alguém que o enfoca pela ótica do tempo presente. Logo, o professor-tradutor-intérprete não se move em sistemas prontos de interpretação, atrelados à tirania de um logos pré-ordenado; mas desenvolve experimentações, que desconstróem o existente,

transgridem as circunscrições sígnicas, rompem a relação aparente entre teoria e prática.

Subversoras por excelência, suas operações radicais de transcrição visam converter, mesmo que temporariamente, o original na tradução de sua tradução. Por conseguinte, como agente de fluxos de invenção, reproduz os originais com sua

**“Subversoras por excelência, suas operações radicais de transcrição visam converter, mesmo que temporariamente, o original na tradução de sua tradução.”**

marca distintiva, pretendendo que os elementos curriculares e didáticos, emersos dos originais, valham em lugar dos mesmos, para que funcionem, dando, de novo, o que pensar, o que avaliar e o que sentir. Ou seja, embora traduza ideias prontas, o faz sob o signo da invenção, que rasura e oblitera qualquer origem.

Logo, em cada professor, habita um autor, constituído por lances inventivos, que tumultua a linguagem da educação, escava outra língua nas matérias originais, levando-as a sofrer, por sua vez, reviravoltas; além de forçá-las ao limite. Por isso, os procedimentos tradutórios implicam mais do que transportar ou transladar os sentidos de uma língua para outra, já que os

elementos vertidos são sempre recriados.

Rompendo com o traçado reto da tradição, cada tradutor-autor apropria-se das matérias originais, tornando-as suas e, nelas, faz ecoar a própria voz, de modo a não conseguir mais separá-la das vozes precursoras. Assim, para que as línguas de chegada capturem forças, repertórios, perspectivas e sentidos das línguas de partida, o seu maior compromisso é agir como um atualizado e competente escritor (escritor-e-leitor) dos elementos transcriados.

A fim de realizar tal apropriação transcriadora, o professor necessita dispor de: a) nível curricular, para selecionar os mais importantes elementos filosóficos, artísticos e científicos do seu tempo e espaço; b) irreverência temática, para privilegiar elementos, obras e autores emergentes, marginalizados ou anômalos, que introduzem temas heterodoxos e novos problemas; c) manejo da linguagem educacional como instrumento de experimentação dos vários elementos das línguas; d) trabalhos de estruturação e de ajuste, feitos como um artesanato. Mas, sobretudo, é preciso que as traduções mantenham uma relação de paramorfia, ao lado de, como em paródia, canto paralelo, entre os elementos originais e as traduções; para que, operatorialmente, consistam em criações paralelas, que são autônomas, porém recíprocas.

#### **Estratégia de renovação**

Através das traduções transcriadoras, feitas pelo currículo e pela didática da diferença, o velho é tornado novo, seguindo a máxima de Ezra Pound: Make it

New – isto é: renovar, vitalizar, dar nova vida àquilo que passou. Ao traduzir, nós reconfiguramos a ciência, a arte e a filosofia, num palimpsesto que lida com a apropriação de parcelas diferenciais dos acontecimentos, no aspecto microdidático e no aspecto macro da seleção dos elementos curriculares.

Por isso, apesar de todas as adversidades, insistimos em

**“... embora traduza ideias prontas, (o professor) o faz sob o signo da invenção, que rasura e oblitera qualquer origem.”**

educar. Montamos e desmontamos, construímos e desconstruímos verdades e valores inventados, cumprindo o nosso destino de seres que, ao nascerem humanos, nascem também marcados para desejar e criar e recriar o mundo, que nos rodeia e acolhe.

Com os atos curriculares e didáticos, constituímos territórios éticos e políticos tradutórios, que realizam artistagens. Assim, conseguimos maquinar a educação, com uma especificidade prazerosa, aventureira e aventureira. Além de transcrever as culturas e o processo civilizatório, diferenciando os seus mapas, numa crítica-clínica do pensar, do escrever e do ler, do educar e do viver. ■



## O REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Grace Esteves Bortoluzzi

Advogada e Assessora Jurídica da ADUFRGS Sindical

Tema sempre presente entre os professores da Carreira do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das Instituições Federais de Ensino é o regime de trabalho, suas permissões e vedações, especialmente o regime de DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

Com a finalidade de facilitar e compilar as regras atinentes ao regime de dedicação exclusiva, preparamos uma série de perguntas e respostas para consulta dos professores.

A regra geral, entretanto, para os professores em regime de dedicação exclusiva, é de ser possível somente o desempenho de atividades que a lei expressamente lhes permita, não podendo interferir no normal exercício de suas atribuições funcionais, bem como em seu horário de trabalho.

### Perguntas e respostas sobre Dedicação Exclusiva

#### 1. É possível o exercício de atividade remunerada além da remuneração de professor com dedicação exclusiva?

Em regra, não. O professor em regime de dedicação exclusiva fica impedido de exercer outra atividade remunerada, seja ela pública ou privada, com exceção das atividades previstas na Lei nº 12.772/2012.

#### 2. Quais as atividades excepcionalmente autorizadas ao professor com dedicação exclusiva?

A Lei nº 12.772/2012 lista nos artigos 20, § 4º e 21 as atividades, remunerações e retribuições pecuniárias autorizadas aos ocupantes de cargo docente em regime de dedicação exclusiva. São elas:

- a. **Participação em órgãos de direção de fundação de apoio** de que trata a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE. Neste caso, entretanto, fica vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio;
- b. **Cedência a título especial**, mediante deliberação do Conselho Superior da IFE, para **ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio** de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com ônus para o cessionário;
- c. Remuneração de **cargos de direção ou funções de confiança**;
- d. Retribuição por **participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas ao ensino, pesquisa ou extensão**, quando for o caso;
- e. **Bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou de estímulo à inovação** pagas por agências oficiais de fomento ou organismos internacionais amparadas por ato, tratado ou convenção internacional;
- f. **Bolsa pelo desempenho de atividades de formação de professores da educação básica, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil** ou de outros programas oficiais de formação de professores;
- g. **Bolsa para qualificação docente**, paga por agências oficiais de fomento ou organismos nacionais e internacionais congêneres;
- h. **Direitos autorais ou direitos de propriedade intelectual**, e ganhos econômicos resultantes de projetos de inovação tecnológica, nos termos do art. 13 da Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
- i. **Outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão, pagas pelas IFE**, nos termos de regulamentação de seus órgãos colegiados superiores;
- j. Retribuição pecuniária, na forma de *pro labore* ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela **participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente**;
- k. **Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso**, de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 1990;
- l. **Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC**, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012;
- m. Retribuição pecuniária, em **caráter eventual**, por **trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão**, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994;
- n. Retribuição pecuniária por **colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente**, inclusive em polos de inovação tecnológica, devidamente autorizada pela IFE de acordo com suas regras.

### 3. O que se entende por atividade esporádica e eventual?

Os parágrafos 1º e 4º do art. 21 da Lei nº 12.772/2012 definem o **limite de horas para as atividades** em que há retribuição pecuniária por participação em palestras, conferências, trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, bem como por colaboração de natureza científica ou tecnológica em assuntos da especialidade do docente:

- a. Participação **esporádica** em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente: **30 horas anuais**, e autorizada pela IFE;
- b. Trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e **colaboração esporádica** de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica: **120 horas anuais**, computadas isoladamente ou em conjunto, autorizado o acréscimo de 120 horas anuais de forma excepcional, desde que autorizado pelo Conselho Superior da IFE, exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

### 4. O que se entende por direitos autorais? Isso se estende, por exemplo, a atividades artísticas como música, fotografia, ilustrações?

Nos termos da Lei de direitos autorais, nº 9.610/98, art. 7º, os direitos autorais abrangem tanto produções textuais, como atividades artísticas (música, fotografia, ilustração, etc).

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas; II - as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza; III - as obras dramáticas e dramático-musicais; IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma; V - as composições musicais, tenham ou não letra; VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas; VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia; VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética; IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza; X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência; XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova; XII - os programas de computador; XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

### 5. Há um limite de valor das bolsas e remunerações?

Sim. O parágrafo 2º do art. 21 da Lei nº 12.772/2012 dispõe haver limites de valor e condições de pagamento das bolsas e remunerações autorizadas para os professores em regime de dedicação exclusiva, definidos em normas da IFE, caso ausente disposição em legislação própria.

### 6. É possível ser sócio de uma empresa, estando no regime de dedicação exclusiva?

O artigo 117 do RJU (lei 8112/90) veda ao servidor público – qualquer que seja sua carga horária – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Assim, um professor pode ser cotista de uma empresa, inclusive percebendo divisão de lucros ou dividendos da empresa. O que não pode é trabalhar na empresa em que é sócio.

Desta forma, entende-se por incabível ao servidor submetido à jornada laboral de dedicação exclusiva desempenhar qualquer outra atividade remunerada, ainda que seja para complementar os seus vencimentos, sob pena do referido funcionário público cometer ato ilícito ou até mesmo de improbidade administrativa, atentando contra os princípios importantes da administração pública: lealdade, moralidade e legalidade.

Exceção a esta regra é o caso do professor, sócio de empresa, que presta serviço eventual dentro de sua especialidade, com autorização da IFE, respeitada a carga horária limite para estas atividades, nos termos do previsto no inciso XII do art. 21 da Lei nº 12.772/2012.

### 7. O que pode acontecer ao professor que infringir as vedações de atividades no regime de dedicação exclusiva?

O desrespeito ao regime de dedicação exclusiva representa enriquecimento ilícito do docente, gerando prejuízo aos cofres públicos.

Assim, o servidor submetido à jornada laboral de dedicação exclusiva que venha a desempenhar atividade remunerada fora daquelas previstas em Lei poderá ser punido com a restituição ao erário do montante relativo à diferença entre a remuneração de DE e o regime de 40 horas. Ainda, dependendo da atividade exercida, pode haver caracterização de ato ilícito ou até mesmo de improbidade administrativa.

### 8. É possível a alteração de regime de dedicação exclusiva para 40h ou 20h?

Sim. O professor pode solicitar a alteração de regime mediante proposta a ser encaminhada a sua unidade de lotação.

### 9. O docente em estágio probatório pode alterar seu regime de trabalho?

Não. O parágrafo segundo do art. 22 da Lei nº 12.772/2012 veda a mudança de regime aos docentes em estágio probatório.

### 10. Qual o prazo que o docente que esteve afastado precisa aguardar para alterar seu regime de trabalho?

Os docentes que estiveram afastados sem percepção de vencimentos não precisam aguardar nenhum prazo. No entanto, aqueles que mantiveram a percepção de seus vencimentos devem aguardar o prazo idêntico ao que estiveram afastados.

## ATENDIMENTO

A assessoria jurídica da ADUFRGS dispõe de plantões de atendimento para acompanhamento das ações judiciais em andamento, de 2ª a 5ª, das 14h às 16h por telefone (51-32289997), pessoalmente no escritório, ou através do e-mail [bordas@bordas.adv.br](mailto:bordas@bordas.adv.br).

Para consulta sobre novas ações ou esclarecimentos de dúvidas atinentes à situação funcional (aposentadoria, progressões, revisões de vencimentos ou proventos, entre outros), é possível o agendamento de horário com os advogados Francis Bordas e Grace Bortoluzzi diretamente no escritório (32289997) ou com a ADUFRGS (32281188).





**Você escreve?**

# **A Adufrgs publica**

Seu artigo pode estar na próxima edição da Adverso.

Envie seu texto\* com  
**até 8.000** caracteres para  
**[comunica@adufrgs.org.br](mailto:comunica@adufrgs.org.br)**  
e participe!

\*Por se tratar de uma revista sindical, não serão publicados artigos com conteúdo técnico-científicos.

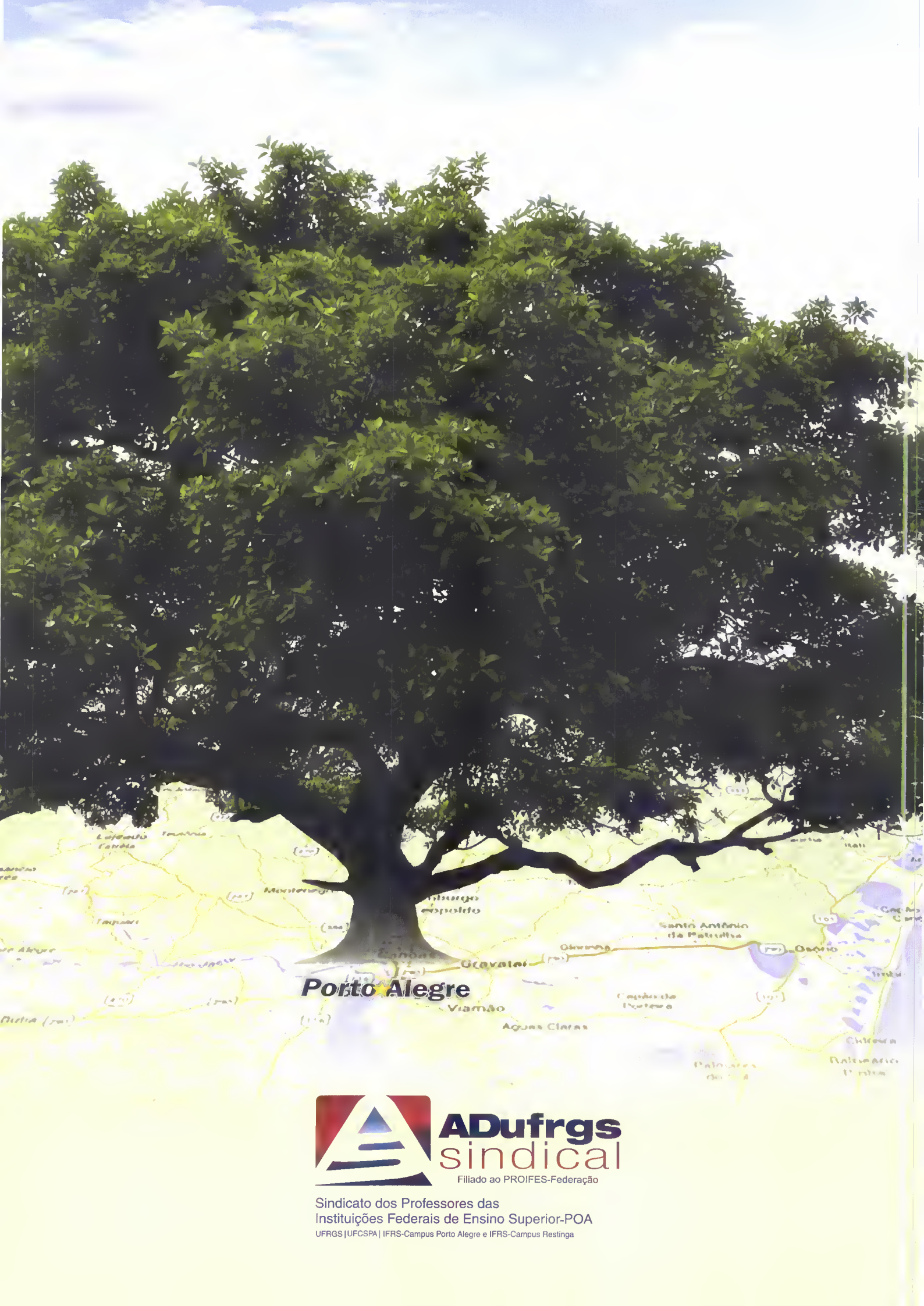


**ADufrgs**  
**sindical**

Filiado ao PROIFES-Federação

[www.adufrgs.org.br](http://www.adufrgs.org.br)  [facebook.com/adufrgssindical](https://facebook.com/adufrgssindical)





**ADufrgs**  
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

Sindicato dos Professores das  
Instituições Federais de Ensino Superior-POA  
UFRGS|UFGSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga